

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Representações sociais de género e sexualidade em Portalegre e Lisboa

Inês Filipa General Trindade

Mestrado em Sociologia

Orientadores:

Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

outubro, 2020

Para a minha mãe...

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Vasconcelos, agradeço toda a sua disponibilidade, dedicação e todo o conhecimento que me transmitiu. Foi uma ajuda muito importante para a realização deste projeto.

Aos meus maiores apoios. À minha mãe, Sandra; ao meu pai, João; À minha avó, Vitorina; e à minha tia e madrinha, Virginia; por não me deixarem desistir, sempre me apoiarem e por me fazerem rir nos momentos de maior stress.

Aos amigos da quinta, Fátima, Duarte, Cláudio, Mauro e, claro, à Zulmira que apesar de já não estar cá fisicamente continua a olhar por mim.

Ao meu namorado, Ricardo, que todos os dias esteve comigo na realização deste projeto; bem como à sua irmã, Mariana.

Quero ainda agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho e aos que disponibilizaram um pouco do seu tempo para participar neste projeto.

Por último gostaria de agradecer a todos os colegas e professores que ao longo do meu percurso no ISCTE-IUL me apoiaram e influenciaram de forma positiva.

Resumo

Este projeto de investigação pretende analisar de que forma as representações sociais de género e sexualidade têm evoluído na sociedade portuguesa, utilizando para tal uma perspetiva geracional na análise. Ainda se analisam essas representações sociais segundo o sexo, o habitat e classe social. Assim, inquiriu-se pessoas provenientes de Lisboa e Portalegre, desde jovens a idosos, sejam homens ou mulheres e não fazendo restrições em termos de classe social.

Pretende-se situar as representações sociais dos inquiridos no eixo tradicional-moderno. Avaliando de que forma os fatores referidos influenciam essas representações, que podem evidenciar mais diferencialismo ou igualitarismo entre homens e mulheres, nas suas dimensões da conjugalidade e parentalidade e, ainda, nas dimensões do sexo e da masculinidade/ feminilidade.

Palavras-Chave: representação social; género; sexualidade.

Abstract

This research project aims to analyse how social representations of gender and sexuality have evolved in Portuguese society, using a generational perspective in this analysis. These social representations are analysed according to sex, habitat and social class. Were also inquired people from Lisbon and Portalegre, from the young to the elderly, whether men or women without making restrictions in terms of social class.

It is intended to place the answers on a social representation in a traditional-modern axis. Assessing how the factors mentioned influence these representations, which may show more differentialism or egalitarianism between men and women, in their dimensions of conjugality and parenting, as well as in the dimensions of sex and masculinity / femininity.

Keywords: social representation; gender; sexuality.

Índice Geral

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract	iii
Índice Geral	iv
Índice de Quadros.....	v
Índice de Figuras	v
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Representações sociais: o feminino e o masculino.....	3
Capítulo 2 – Objeto e operacionalização metodológica	9
Capítulo 3 – Representações de conjugalidade e parentalidade	15
Capítulo 4 – Representações de sexo, masculinidade e feminilidade	27
Capítulo 5 – Tradicionalismo geral	34
Considerações finais.....	37
Referências Bibliográficas	40
Anexo	42

Índice de Quadros

Quadro 2.1 – Operacionalização de conceitos	12
---	----

Índice de Figuras

Figura 2.1 – Modelo de análise	11
Figura 3.1 – Divisão do trabalho doméstico, segundo o sexo	15
Figura 3.2 – Divisão do trabalho doméstico, segundo o grupo etário	15
Figura 3.3 – Divisão do trabalho doméstico, segundo o local de residência	16
Figura 3.4 – Divisão do trabalho doméstico, segundo a classe social	16
Figura 3.5 – Divisão do trabalho profissional, segundo o sexo	17
Figura 3.6 – Divisão do trabalho profissional, segundo o grupo etário	17
Figura 3.7 – Divisão do trabalho profissional, segundo o local de residência	17
Figura 3.8 – Divisão do trabalho profissional, segundo a classe social	17
Figura 3.9 – Grandes decisões, segundo o sexo	18
Figura 3.10 – Grandes decisões, segundo o grupo etário	18
Figura 3.11 – Grandes decisões, segundo o local de residência	18
Figura 3.12 – Grandes decisões, segundo a classe social	18
Figura 3.13 – Autonomia individual, segundo o sexo	19
Figura 3.14 – Autonomia individual, segundo o grupo etário	19
Figura 3.15 – Autonomia individual, segundo o local de residência	20
Figura 3.16 – Autonomia individual, segundo a classe social	20
Figura 3.17 – Parentalidade, segundo o sexo	21
Figura 3.18 – Parentalidade, segundo o grupo etário	21
Figura 3.19 – Parentalidade, segundo o local de residência	21
Figura 3.20 – Parentalidade, segundo a classe social	21
Figura 3.21 – Competências e capacidades, segundo o sexo	22
Figura 3.22 – Competências e capacidades, segundo o grupo etário	22
Figura 3.23 – Competências e capacidades, segundo o local de residência	23
Figura 3.24 – Competências e capacidades, segundo a classe social	23
Figura 3.25 – Maternidade/ paternidade, segundo o sexo	24
Figura 3.26 – Maternidade/ paternidade, segundo o grupo etário	24
Figura 3.27 – Maternidade/ paternidade, segundo o local de residência	24
Figura 3.28 – Maternidade/ paternidade, segundo a classe social	24
Figura 3.29 – Igualdade de gênero, segundo o sexo	25
Figura 3.30 – Igualdade de gênero, segundo o grupo etário	25
Figura 3.31 – Igualdade de gênero, segundo o local de residência	26
Figura 3.32 – Igualdade de gênero, segundo a classe social	26
Figura 4.1 – Iniciação sexual, segundo o sexo	27
Figura 4.2 – Iniciação sexual, segundo o grupo etário	27
Figura 4.3 – Iniciação sexual, segundo o local de residência	28
Figura 4.4 – Iniciação sexual, segundo a classe social	28
Figura 4.5 – Satisfação sexual, segundo o sexo	29
Figura 4.6 – Satisfação sexual, segundo o grupo etário	29
Figura 4.7 – Satisfação sexual, segundo o local de residência	29
Figura 4.8 – Satisfação sexual, segundo a classe social	29
Figura 4.9 – Gravidez indesejada, segundo o sexo	30
Figura 4.10 – Gravidez indesejada, segundo o grupo etário	30
Figura 4.11 – Gravidez indesejada, segundo o local de residência	31
Figura 4.12 – Gravidez indesejada, segundo a classe social	31
Figura 4.13 – Homossexualidade, segundo o sexo	31
Figura 4.14 – Homossexualidade, segundo o grupo etário	31

Figura 4.15 – Homossexualidade, segundo o local de residência	32
Figura 4.16 – Homossexualidade, segundo a classe social	32
Figura 4.17 – Comportamentos contraditórios ao sexo, segundo o sexo	32
Figura 4.18 – Comportamentos contraditórios ao sexo, segundo o grupo etário	32
Figura 4.19 – Comportamentos contraditórios ao sexo, segundo o local de residência	33
Figura 4.20 – Comportamentos contraditórios ao sexo, segundo a classe social	33
Figura 5.1 – Índice de tradicionalismo, segundo o sexo	34
Figura 5.2 – Índice de tradicionalismo, segundo o grupo etário	35
Figura 5.3 – Índice de tradicionalismo, segundo o local de residência	36
Figura 5.4 – Índice de tradicionalismo, segundo a classe social	36

Introdução

As classificações sociais constituem, da forma mais natural possível, toda a nossa vida social. São construídas no âmbito da organização da sociedade e das relações sociais. Existe, portanto, uma necessidade constante de categorizar o mundo social, pelo que os indivíduos constroem socialmente classificações, com objetivos cognitivos, organizativos e comunicacionais (Costa, 1997). O género é uma categoria social que, de forma exemplar, demonstra como as classificações ordenam e estruturam o mundo social. Podemos, por exemplo, caracterizar as instituições sociais pelos seus regimes de género, que se constituem pelas suas relações sociais, tal como desenvolveu Connell (1987). Saber o género de uma pessoa é imprescindível para nos relacionarmos com a mesma, visto que agimos de forma diferenciada quando nos dirigimos a um homem ou quando nos dirigimos a uma mulher. Para compreender esta e outras relações sociais que do género intervêm é necessário situar o mesmo histórica e socialmente (Dias, 2015).

Classificamos a mulher acerca do que ela é em relação á figura ideal masculina, condenando-as a viver num mundo de subalternidade. Já no campo da sexualidade esta dominação social demonstra-se ser um falso privilégio para os agentes masculinos (Vasconcelos, 2004). Isto porque, como disse Bourdieu (1998), o homem, para não ser visto como um ser feminino, tem sempre de demonstrar toda a sua honra e virilidade, de modo a ser validado pelos restantes agentes sociais como um “verdadeiro homem”. Classificar socialmente segundo o género é produzir conotações simbólicas associadas ao masculino ou ao feminino, sendo que as classificações de género são imensas.

Todas as categorizações, constituídas a partir do princípio da diferenciação, produzem desigualdade. Pelo que as diferenças de género se constituem como tal, assunto que tem sido muito discutido nas últimas décadas, as desigualdades entre homens e mulher. Constituindo-se como um aspeto estruturante e transversal das sociedades, as desigualdades, cada vez mais, interligam-se entre si e com muitos outros fenómenos sociais (Costa, 2012).

Tem-se questionado muito a desintegração do sistema tradicional de valores (Pais, 1998b). Assim, mais uma vez, se evidencia a relevância deste tema com a sua presença nas atuais agendas políticas, que se têm construído em prol da igualdade de género e da sexualidade. Ao longo dos últimos anos tem-se verificado várias mudanças neste sentido, como é possível verificar nos Censos de 2011. É sobretudo nas esferas familiar e profissional que esta mudança é significativa (INE, 2012). O trabalho das mulheres, que antes era apenas doméstico e não pago, é agora profissional e fulcral para a gestão económica da família, pelo que existe um aumento das mulheres na população ativa (Machado e Costa, 1998). Então, qual será hoje a representação do homem e da mulher? E no que se refere à sexualidade? Será que essas representações variam consoante a vida social dos indivíduos?

Posto isto, a presente investigação tem a seguinte questão de partida: Analisar a variação geracional, de classe, de sexo, e dos contextos rural/ urbano nas representações sociais sobre o género e

a sexualidade. Pretendendo, assim, perceber a relação entre conjuntos diferenciados de representações e grupos diferenciados de agentes.

São fulcrais nesta análise as opiniões e explicações que as pessoas têm face à questão do que é ser-se homem ou mulher, bem como aos assuntos que rodeiam a temática da sexualidade. Estas opiniões, que exteriorizam as representações sociais dos indivíduos, variam em função de certos fatores, sendo destaque nesta tese a geração, classe social, categoria de género e habitat. Posteriormente, pretende-se situar estas representações, segundo os referidos fatores de variação, no eixo tradicional-moderno. E, assim, perceber quem tem as representações sociais mais tradicionais (ou mais modernas). Serão os mais novos ou os mais velhos? Serão os homens ou as mulheres? Serão os indivíduos pertencentes a uma classe social alta ou baixa? Serão os indivíduos provenientes de um meio rural ou um meio urbano? Ou será que estas variações não se verificam?

As respostas a estas questões encontram-se compiladas mais à frente, sendo que o que se segue neste trabalho está organizado de forma a proporcionar ao leitor uma leitura sistemática e organizada. Num primeiro capítulo, são apresentadas algumas teorias sociológicas de referências, de enquadramento ao presente estudo. No capítulo 2 apresenta-se o modelo de análise e a metodologia da investigação. Nos capítulos, 3, 4 e 5 encontram-se expostos os resultados empíricos e a sua respetiva análise. Por fim, apresentam-se as considerações finais, onde se procura sistematizar as principais conclusões, responder às hipóteses de estudo e apresentar as principais limitações e potencialidades do que foi feito e, portanto, também possíveis desenvolvimentos futuros no âmbito deste projeto.

Capítulo 1 – Representações sociais: o feminino e o masculino

Existem várias dimensões constitutivas das classificações sociais. Estas variam de cultura para cultura, por isso podemos, por exemplo, olhar para elas como sendo padrões de cultura. Contudo, podemos ainda considerá-las como modo de perceber o mundo social, como instrumentos da ação social ou ainda como objeto de transmissão social (Costa, 1997).

A categorização é um processo necessário para a organização da sociedade, ainda que este processo possa ser inconsciente. No fundo, é um processo de simplificação que consiste em colocar no mesmo grupo, ou seja, na mesma categoria, objetos e pessoas que são apercebidos como semelhantes. Certas categorizações são autossuficientes para sua própria explicação, sendo que as respetivas categorias se articulam em sistemas de representações sociais que se impõem como ordem (Vasconcelos, 2004). Um ótimo exemplo de categorias como estas são as categorias de género, que evidenciam a desigualdade simbólica entre homens e mulheres, sendo que as classificações sociais inerentes a essa desigualdade desde há muito que se estabelecem como ordem (Bourdieu, 1998).

Relativamente ao conceito de valores, é difícil enumerar uma definição do mesmo, visto que se trata de um conceito bastante ambíguo. Ora, os valores constituem-se como crenças sólidas, ou seja, como preferências por certos sistemas ou disposições comportamentais. Contudo, essas preferências são também uma tradução empírica de valores (Pais, 1998b).

Por outro lado, os valores também podem ser tomados como modelos orientadores de condutas (do ponto de vista moral, ou não), adquirindo um significado próximo ao conceito de normas. Conceito este que é bastante mais simples de definir, sendo que as normas se constituem como regras, escritas ou não, que asseguram a regularidade da vida social (Vosswinkel, 1987). Contudo, a noção do que se deve ou não fazer/ pensar é condicionada pelo sistema dominante de valores vigente no contexto social em questão. Ou seja, os interesses dos agentes são também condicionados por sistemas de normas e valores sociais, sendo estes últimos “remissíveis para sistemas de representações sociais ou ideologias que os indivíduos interiorizam” (Pais, 1998b: 19).

Sintetizando, os valores acabam por se manifestar como sistemas de representações sociais, visto que “a sociedade é a ideia que ela forma de si mesma” (Durkheim, cit por Pais, 1998b: 19).

As representações sociais, tal como as classificações, podem ser vistas como padrões de cultura, sendo que variam consoante a mesma, e por isso são socialmente contingentes. Denise Jodelet propôs uma definição do conceito: “As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2002: 22).

As representações sociais são a forma como cada sujeito social desenvolve as suas formas de percepção do mundo, pelo que se baseiam no senso comum e experiência de vida. Ou seja, são exteriorizações do *habitus* dos atores sociais. As mesmas são influenciadas por vários fatores, como

vários especialistas da área referem (Durkheim e Mauss, 1974; Bourdieu, 1998 e 2004; Moscovici, 1961).

Moscovici (1961) aborda o conceito de representação social como sendo uma tradução da realidade, estando, portanto, em constante transformação.

Durkheim (1955) enaltece a importância de distinguir a dimensão individual da dimensão coletiva, pelo que estuda o conceito de representações coletivas, explicando como os fatos sociais são formados por estas, que se individualizam nos agentes sociais.

Para Weber (1985) as representações são algo por que os indivíduos se guiam, pelo que comprometem o pensamento e a ação dos mesmos. Fala ainda no interesse de analisar qual (e como) fator social mais condiciona determinada ação ou pensamento, visto que enriquece e é fulcral para a análise sociológica.

Ainda que de formas diferentes, tanto Durkheim como Weber, e ainda Marx, expõem a necessidade de analisar a vida social que precede as representações. Contudo, este último enaltece a importância de analisar a forma como a condição de classe condiciona as representações, no sentido em que os indivíduos são portadores de uma forma já determinada de pensamento (Marx & Engels, 1991).

Bourdieu (1972) explica como podemos analisar as representações sociais através da comunicação, visto que esta revela as primeiras. A fala constitui-se, assim, como um mecanismo revelador das determinantes sociais. À luz das palavras do sociólogo francês (1998; 2004) as representações sociais de um indivíduo são fortemente condicionadas pelas posições que ocupa nos diversos campos da vida social. A própria sociedade a que pertencemos já acarreta consigo valores e crenças que influenciam as representações sociais dos agentes. Desta forma, as representações são contruídas em conformidade com os interesses vinculados ao estatuto social. Estes agentes sociais inculcam no seu *habitus* este sistema classificatório, sendo que maioritariamente não o questionam, porque esta socialização desenvolve-se de forma inconsciente.

Assim, existem representações sociais da desigualdade impercetíveis para o sujeito. Por exemplo, quando homem e mulher aceitam e se ajustam a expectativas normativas de realização do género no seio familiar, uma divisão desigual das tarefas domésticas é vista como justa tanto pelo homem como pela mulher (Garfinkel, 1984).

Para além de se constituírem como veículo de reprodução social, as representações também se caracterizam por serem um veículo de reconstrução. Na medida em que se constituem como avaliações cognitivas de realidades e, portanto, como princípios de produção de sentido (Almeida e Costa, 1990).

Em qualquer abordagem ou perspectiva as determinantes sociais são sempre imprescindíveis para a análise das representações sociais. A complexidade do que envolve a análise de representações sociais torna difícil a captação das mesmas, no sentido em que ainda que se perceba a existência destas é depois difícil defini-las (Arruda, 2002).

A geração, classe social, categoria de género e habitat são fatores que condicionam as representações sociais, e é essa influência que vai ser estudada nesta investigação, a forma como estas variáveis condicionam as representações sociais sobre o género e a sexualidade.

Na análise sociológica é muitas vezes importante o conceito de estrutura social, sendo que o mesmo pode ser dividido naquilo que é a estrutura externa e a estrutura internalizada. No que toca á estrutura internalizada, é evidente que pressupõe a existência de uma estrutura externa anterior, sendo que só se pode internalizar aquilo que existe. “Em síntese, a estrutura internalizada ordena socialmente ordenando generativamente a ação” (Pires, 2007: 36). São várias as expressões utilizadas para referir esta internalização, tais como incorporação e socialização.

No seio da socialização primária, isto é, na primeira infância, a criança aprende as coisas mais básicas e importantes acerca de como é ser um indivíduo na sociedade. Logo nestas instâncias de socialização, as classificações sociais de género são interiorizadas, tal como a linguagem e outros elementos importantes acerca do mundo social. Inicia-se então o processo através do qual se aprende a ser rapaz ou rapariga, incorporando nos corpos e nos habitus das crianças a divisão dos sexos. Assim, logo nesta fase os sujeitos sociais começam a construir a sua identidade masculina ou feminina.

São vários os mecanismos socializadores que contribuem para a transmissão de aprendizagens e para a utilização de sistemas de classificação (Costa, 1997). Nas sociedades contemporâneas, a escola e os meios de comunicação social são instâncias de socialização muito relevantes. A escola, porque é a “segunda casa” das crianças, onde estão grande parte do seu dia; já os meios de comunicação social são um excelente exemplo de transmissão de normas sociais, sendo que as crianças têm cada vez mais acesso a eles. Assim, na escola e através destes meios de comunicação, as crianças aprendem normas e valores, imitam comportamentos e atitudes e identificam-se com outras pessoas com a mesma categoria de género, tornando-se a inculcação do género progressivamente mais forte.

É através do contacto com os diversos agentes de socialização, primários e secundários, que o género se desenvolve, ainda que a criança nasça com o sexo definido. Progressivamente, a criança interioriza as normas e expectativas sociais que correspondem ao sexo com que nasce, ou seja, aprende todas as classificações que ordenam o mundo social e definem o seu lugar como indivíduo na sociedade. Segundo Bourdieu (1998), este trabalho coletivo de inculcação, a interiorização das condições de existência, permite construir um *habitus* diferenciado, segundo distinções redutíveis à oposição entre os sexos. O sociólogo francês define o *habitus* como um sistema estruturado de perceção do mundo e, sendo socialmente construído, estrutura a vida social. As classificações de género tendem, desta forma, a incorporar-se em sistemas de disposições, sob a forma de categorias de perceção. Assim, as ações do indivíduo são classificáveis em função do género e, por sua vez, as classificações são como uma ferramenta dessas mesmas ações.

Esta estrutura denominada de habitus, permite também aos agentes sociais agir em conformidade com situações concretas. Isto porque a ação é a exteriorização do que anteriormente interiorizamos, agindo conforme as disposições do indivíduo. Coerentemente, as disposições sofrem

ajustamentos ao longo da vida social do indivíduo, o que torna os sistemas de disposições individuais. Assim, homens e mulheres não se comportam todos da mesma forma, existe margem de manobra entre aquilo que é o *habitus* social e as disposições individuais. É nessa margem que se localizam as subjetividades (Bourdieu, 1998).

Este conjunto de processos que transmite normas e valores, ao longo de gerações, torna cada vez mais naturais as classificações sociais de género. As próprias sociedades interiorizam as práticas culturais, as categorizações são cada vez mais inculcadas na organização social da comunidade. O género começa a fazer-se de forma inconsciente, até que se naturaliza, constituindo-se como uma pré-noção inculcada no senso comum.

Aquando do ato de categorizar, os indivíduos tendem a veicular a conceção do mundo que está de acordo com a posição e identidade dos dominantes, pelo que as avaliações sociais têm um papel fundamental nestes processos de construção social do género. Assim sendo, são as relações de poder que conduzem às categorias prevaletentes das sociedades. Distingue-se, portanto, as categorias dominantes das categorias dominadas, que tendem a estabelecer-se como opostas, pelo que existem binarismos derivados do pensamento dicotómico e dualista, “(...) dualisms are normally implicated in discrete relationships of power and privilege.” (Aboim, 2009: 16). Por outro lado, estas categorias tendem a ser reproduzidas, visto que são contruídas, historicamente, sobre princípios hierárquicos (Aboim, 2009).

Esta forte inculcação das representações sociais de género e sexualidade torna o processo de rutura muito complicado e trabalhoso. Sendo que existem ainda outros fatores que para isto contribuem. Ora, as representações sociais reproduzem as identidades sociais, que assim contribuem para a inculcação da realidade social (Pais, 1998b). Doravante, um fator que contribui para o facto de os processos de rutura serem tão complicados é a tendência das representações sociais para resguardarem o lado positivo das identidades (Doise, 1991).

Ainda que com diferenças atenuadas, ainda hoje quase a totalidade das sociedades apresenta um padrão patriarcal de subalternidade da mulher face ao homem. As diferenças de género são uma ordem de hierarquização, são um sistema de desigualdades, sendo que a diferença não é mais do que o resultado de uma dinâmica social, de como organizamos o mundo social (Bourdieu, 1998).

É pertinente referir a argumentação de Mead (1962), que consiste em salientar as diferenças culturais dos papéis femininos e masculinos, e do que se considera um comportamento normal de cada sexo. A autora explica que essas representações sociais do feminino e masculino, independentemente da forma como se constituem, existem em todas as sociedades conhecidas.

Johnson (1989) aplica os conceitos de Parsons (1967) e considera que a estrutura da família patriarcal é um fator principal da origem das desigualdades de género. Pelo que é necessário regressar à família patriarcal para perceber a razão pela qual se produz as diferenças. Também Engels (1980) argumenta que a opressão das mulheres não se deve às diferenças biológicas, mas sim à ordem social

que historicamente se inculcou. Assim, a dominação masculina começou a ganhar forma no patriarcado e na emergência das relações de propriedade.

Ora, como Bourdieu (1998) disse, a dominação masculina pode ser analisada por meio de vários campos sociais. Um deles é a sexualidade, um domínio central nas sociedades contemporâneas, sendo que a forma como se vê a mesma varia segundo os indivíduos, segundo o habitus que foi incorporado na socialização.

Principalmente no domínio da sexualidade, a dominação masculina pode constituir-se como uma falsa regalia para os seres que dominam. O homem tem de demonstrar o seu desejo sexual pela mulher nas suas interações sociais. Qualquer demonstração de não correspondência a estes padrões de masculinidade pode ter como consequência a aparência homossexual e a feminização, deixando o indivíduo de ser considerado merecedor da dominação por parte dos outros homens. Esta característica associada aos *verdadeiros homens* é uma falsa regalia construída contra o feminino pelos próprios sujeitos preponderantes da ação. É certo, contudo, que a rigidez destes padrões tem vindo a decrescer progressivamente, pelo que se alteraram ideologias e leis acerca da sexualidade dos indivíduos. Até à Revolução de 1974 a ordem moral caracterizava-se pela dominação masculina. Hoje, tanto homens como mulheres louvam o experimentalismo, esbatendo-se o duplo padrão sexual existente. (Aboim, 2013).

Contudo, vários estudos verificaram que este duplo padrão sexual ainda é observável na sociedade Portuguesa contemporânea. Onde, por exemplo, raparigas dizem-se virgens até mais tarde enquanto os rapazes afirmam que a sua vida sexual começa logo no início da adolescência (Vasconcelos, 1998a).

A partir do século XX, a sexualidade passou a ser considerada como uma parte fundamental da vida dos indivíduos, contribuindo para o equilíbrio psico-emocional e relacional (Pereira, 1993). Atualmente, a normalidade sexual é, definitivamente, mais abrangente do que no passado, sendo por isso também mais difícil defini-la.

Pais (1996) verificou que as representações dos jovens sobre a sexualidade revelam que a mesma é isente da necessidade procriativa, confirmando a tese de Giddens (1992) sobre a emergência de uma sexualidade plasticizada. Pais (1996) ainda verifica o modernismo nas representações dos jovens sobre a homossexualidade, que validam o relacionamento homossexual (como também o bissexual). Uns anos mais tarde o autor volta a estudar esse mesmo modernismo por parte dos jovens, verificando-o também em outras dimensões da sexualidade (1998a).

Para além dessa influência da geração, Pais (1998a) encontrou outras diversidades sociais, como as relativas à instrução, status social, mas sobretudo as relativas ao género e geração, o que levou o autor a falar em *sexualidade de género* e *sexualidade juvenil*.

Torres (1996) verificou que os jovens tendem a defender a igualdade de género, por exemplo, nas suas representações sobre a autonomia individual. Os jovens ainda evidenciam valores reveladores de modernismo, uma vez que, segundo a autora, os jovens preveem a possibilidade de rutura conjugal,

ainda que a sua vontade e esforço seja no sentido do sucesso do casamento. Assim, os jovens (de Loures, no caso deste estudo) rejeitam certas dinâmicas e valores mais tradicionais.

Essa possibilidade de rutura conjugal por parte dos jovens é também investigada por Vasconcelos (1998a). O autor ainda verificou que existe um *duplo padrão de género*, onde os homens se revelam tendencialmente mais tradicionais; como um *duplo padrão social*, onde são os indivíduos socialmente desfavorecidos que tendem a manter-se mais tradicionais.

No mesmo ano, Vasconcelos ainda verificou que existe uma forte relação entre as condições de existência do indivíduo e os seus valores e representações. Sendo que enunciou que a existência no mesmo momento de várias gerações e várias categorias sociais, conduz a mudanças sociais mais lentas, visto que existem, por sua vez, também várias representações e práticas (1998b).

Através de um estudo empírico compilado no livro *Masculino e Feminino: a construção social da diferença* (1994), Lúcia Amâncio comprovou que as representações do homem são valorizadas perante as da mulher, e por isso o homem é tido como modelo a seguir, o modelo universal. O homem detém características pluridimensionais bastante valorizadas, enquanto a mulher só tem características sempre inferiorizadas perante as do homem.

Mais recentemente, Maria do Mar Pereira (2010) comprovou que essa visão do homem como modelo de pessoa universal já não é tão linear como antigamente. A autora comprovou que os homens já têm consciência da mudança nas representações do que é o homem e a mulher, mesmo que ainda se verifiquem alguns aspetos reveladores da diferença.

Capítulo 2 – Objeto e operacionalização metodológica

Pretende-se perceber de que forma as representações sociais dos indivíduos, referentes ao gênero e à sexualidade, se situam no eixo tradicional-moderno. Os polos deste eixo são quase distinguidos como sendo opostos. A extremidade do polo tradicional caracteriza-se por representações face ao homem e à mulher muito desiguais. Onde o trabalho da mulher é sempre não pago e nunca é considerado trabalho, sendo que é o homem que tem a função de trabalhar e sustentar financeiramente a família. Já a função da mulher é cuidar da casa e dos filhos, pelo que a sua identidade pessoal está associada exclusivamente ao seio familiar. É também o homem quem toma as decisões referentes à casa, sendo que perante a sociedade é sempre tido como superior à mulher. Referentemente às representações sobre a sexualidade a mulher só pode iniciar a sua vida sexual depois do casamento, sendo sua função conceder prazer sexual ao homem. A homossexualidade não é aceite, é considerada uma doença, sendo que a homossexualidade de um homem é motivo para a exclusão do mesmo dessa sua categoria de gênero, deixando, portanto, de ser considerado um *verdadeiro homem* pelos demais. Por outro lado, na extremidade do polo moderno, as representações caracterizam-se por serem equilibradas para os homens e para as mulheres. Assim, os direitos, deveres e obrigações são os mesmos tanto para o homem como para a mulher.

Posteriormente, irá analisar-se a forma como o perfil sociodemográfico dos indivíduos influencia essas representações, ou seja, de que forma atuam as variáveis: categoria de gênero, geração, habitat e classe social, como é possível verificar na figura 2.1.

Sabe-se que as dinâmicas familiares tradicionais estão quase em total declínio, desaparecendo o homem ganha-pão e surgindo novos modelos alternativos (Rodrigues, 2017). O que de uma forma ou de outra conduz à produção ou alteração das representações sociais do homem e da mulher. Ainda que as dinâmicas familiares estejam a ser alteradas, a família é e vai continuar a ser um fator principal para a construção das identidades individuais e coletivas.

Ouve-se dizer que a família está a passar uma fase de decadência acelerada: “Na igreja ouve-se falar na falência dos valores da família em detrimento dos interesses individuais (...)” (Rodrigues, 2017: 121). Segundo Vasconcelos (2011), foram vários os estudos que revelaram a diversidade de formas familiares tradicionais, ao contrário do que pensadores clássicos consideravam. Na realidade, o que se verificou foi o abandono do modelo cultural e relacional típico das famílias tradicionais, ao invés do que se julgava ser uma transição da predominância das famílias extensas para as famílias nucleares. O avanço nas investigações também tem demonstrado que os apoios ocorrem sobretudo de forma intergeracional e descendente, das gerações mais velhas para as mais novas.

Tendo em conta o contexto de análise e recolha de informação deste estudo (que se vai explicitar mais à frente), o conceito de geração é aqui tornado numa das suas dimensões mais simples. Deste modo, quando se pensa em gerações está-se sobretudo a pensar em grupos etários e naquilo que são os indivíduos mais jovens e os mais velhos. Esta definição de geração que consiste em considerar a idade

dos indivíduos é uma definição demográfica do conceito (Attias-Donfut, 1991), que neste caso prevalece perante as demais.

Ora, as acima referidas sociabilidades e solidariedades familiares, geralmente, ultrapassam o grupo residencial. Revelando-se, assim, que as relações de parentesco exteriores aos grupos domésticos prevalecem na vida familiar moderna.

É possível caracterizar estas solidariedades segundo a classe social das famílias, visto que terão condições diferenciadas de existência social e reproduções dos capitais. Estas condições de existência e posições sociais articulam-se com as suas práticas por meio do *habitus*, um sistema estruturado e estruturante de percepção do mundo social (Bourdieu, 1998), superando a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo.

Segundo Casanova e outros (2003), na sociologia das classes sociais e da estratificação existem propostas teóricas que englobam algum tipo de especificações das dimensões escolares/educacionais e, por outro lado, outras propostas que englobam, sem se deixar de considerar o plano socioprofissional, o plano dos recursos culturais e dos *status* simbólicos, sendo exemplo a tese de Pierre Bourdieu (2007).

Segundo Bourdieu (2007), as classes sociais, sendo configurações de propriedades que formam unidades sociais relativamente homogêneas, inserem-se no espaço social. Este, é um universo de posições dependentes umas das outras e hierarquizadas através de várias dimensões, não possuindo existência em si mesmo. A origem e a pertença de classe fazem com que exista uma divisão das práticas fortemente diferenciadas devido ao *habitus* de classe, “o princípio unificador e gerador das práticas, como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe” (Bourdieu, 2007: 97), ou seja, o resultado incorporado da trajetória e do posicionamento relacional do agente.

Existem outras variáveis que definem as condições de existência social, como as diferenças de habitat. Segundo Ferreira (2004), o conceito de habitat agrega os diferentes tipos de habitação (em habitats), permitindo operacionalizar o planeamento territorial. Pode-se diferenciar o habitat entre rural e urbano utilizando, para tal, a dicotomia existente entre cidade e campo (Shanin & Kerblay, 1971).

O espaço urbano, tradicionalmente, era caracterizado por um conjunto de fatores essencialmente distintos do mundo rural, onde se podia verificar uma diversidade de atividades económicas, bem como, uma distribuição demográfica muito distinta (Ferrão, 2000). Mais tarde, com a industrialização da agricultura, a dicotomia entre urbano e rural deixa de estar no centro dos pensamentos, e dá-se uma especial atenção ao mundo moderno, onde se considera o espaço urbano-industrial e algumas zonas rurais, e ao mundo arcaico, essencialmente constituído por regiões rurais (Ferrão, 2000). Lima (1990) acredita na necessidade da reformulação das fronteiras existentes entre o rural e o urbano.

Logo em crianças, no seio da socialização primária, isto é, no conjunto de processos através dos quais os indivíduos aprendem a ser indivíduos (Nunes, 1982), aprende-se as normas e expectativas sociais que correspondem ao sexo com que se nasce. O sexo refere-se a elementos do corpo como a genitália, os seios e as funções de reprodução, pelo que se distingue pessoas do sexo feminino, com

vagina e seios, e pessoas do sexo masculino, com pénis. Assim, o sexo é isso mesmo, o biológico (Héritier, 1998).

Este trabalho coletivo de inculcação permite construir um *habitus* diferenciado. Assim, as classificações de género tendem a incorporar-se em sistemas de disposições, sob a forma de categorias de perceção. Em suma, o *habitus* é um processo de interiorização da exteriorização em que as disposições interiorizadas podem sofrer vários ajustamentos. Contudo, existem também disposições duráveis, sendo elas que produzem os corpos sexuados. Assim, o *habitus* de género pode também ser entendido como o capital cultural corporificado, visto que é a estrutura que permite a construção de corpos como entidades diferentes. O corpo também é um meio de interação social, pelo que as categorias de perceção incorporadas também a ele se aplicam (Bourdieu, 1998).

No fundo, o género é um arranjo estrutural e sistemático de esferas da vida social, um sistema de relacionamentos e práticas sociais indispensável á sua organização (Vasconcelos, 2004). Tal como o género, a sexualidade é socialmente construída, variando entre culturas e mesmo entre indivíduos. “As formas de sexualidade humana são socialmente construídas e variáveis” (Therborn, 2006: 11). É necessário, assim, uma análise contínua acerca das questões do género e da sexualidade, visto que se esbatem e se produzem novas ideologias e normas com o passar do tempo.

As representações sociais dos agentes, à luz das palavras de Bourdieu (2004), variam segundo a sua posição no mundo social e segundo o seu *habitus*. Assim, segundo a perspectiva do sociólogo francês, a classe social de origem, o género e o habitat vão influenciar as suas representações sociais.

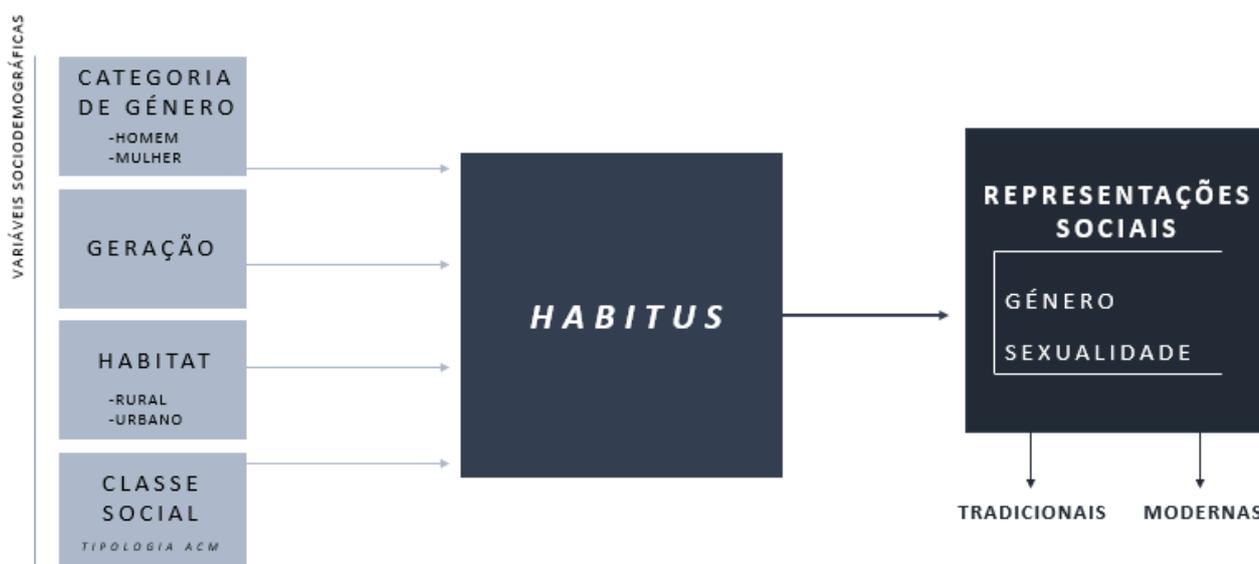


Figura 2.1 – Modelo de análise

Pretende-se, assim, analisar um conjunto de dimensões e indicadores que é possível verificar no quadro 2.1.

Relativamente ao conceito de género, as dimensões que orientam a análise são as dimensões da família, do trabalho e da sociedade. Pretende-se definir as representações das pessoas acerca de como homens e mulheres se devem comportar perante a sua vida familiar, profissional e perante a sociedade.

Relativamente ao conceito de sexualidade, são as dimensões da prática e orientação sexual que direcionam a análise. Pretende-se perceber o que as pessoas pensam acerca de como os homens e mulheres se devem comportar perante a prática sexual e, ainda, o que pensam sobre a existência de várias orientações sexuais possíveis, especificando nesta análise o caso da homossexualidade.

Estas referidas dimensões são analisadas em termos simbólicos, visto que o que se pretende analisar são as representações sociais, opiniões e valores (e não as práticas).

Construíram-se, portanto, indicadores respeitantes às referidas dimensões, que permitem a reconstrução das representações do que para os indivíduos é o género e a sexualidade. Isto, claro, para além daqueles que são os indicadores que permitem reconstruir o habitus/ identidade dos indivíduos, ou seja, aquilo que são as variáveis sociodemográficas.

Quadro 2.1 – Operacionalização de conceitos

Conceitos	Dimensões	Indicadores	
Sexo	Masculino/Feminino	Sexo	Permitem reconstruir o habitus/ identidade dos indivíduos (variáveis independentes)
Geração	Idade	Anos de idade	
Habitat	Rural/ Urbano	Local de residência	
Classe social	Socio profissional	Profissão dos pais	
		Profissão	
		Situação na profissão	
	Socio educacional	Grau de escolaridade	
Género	Família	Divisão do trabalho doméstico	Permitem reconstruir as representações sociais sobre o género e sexualidade (variáveis dependentes)
		Divisão do trabalho profissional	
		Grandes decisões	
		Autonomia individual	
		Parentalidade	
	Trabalho	Competências e capacidades	
		Maternidade/ Paternidade	
	Sociedade	Igualdade de género	
Sexualidade	Prática sexual	Iniciação sexual	
		Satisfação sexual	
		Gravidez não desejada	
	Orientação Sexual	Homossexualidade	
		Comportamentos contraditórios ao sexo	

Por seu turno, a resposta aos referidos indicadores irá permitir classificar as representações sociais dos inquiridos como mais tradicionais ou mais modernas. Posto isto, e considerando as teorias de referência já acima explicadas, o presente projeto pretende explorar as seguintes hipóteses:

HA: a idade dos indivíduos influencia as suas representações sociais de género e sexualidade.

HA1: a geração mais velha dos indivíduos apresenta representações sociais de género e sexualidade mais tradicionais.

HA2: a geração dos adultos apresenta representações sociais de género e sexualidade situadas no centro do eixo tradicional-moderno.

HA3: a geração dos jovens apresenta representações sociais de género e sexualidade mais modernas.

HB: a classe social dos indivíduos influencia as suas representações sociais de género e sexualidade.

HB1: indivíduos com uma classe social baixa apresentam representações sociais de género e sexualidade mais tradicionais.

HB2: indivíduos com uma classe social alta apresentam representações sociais de género e sexualidade mais modernas.

HC: o local de residência dos indivíduos influencia as suas representações sociais de género e sexualidade.

HC1: indivíduos provenientes de um meio mais rural apresentam representações sociais de género e sexualidade mais tradicionais.

HD: Os homens apresentam representações sociais de género e sexualidade mais tradicionais.

No que concerne à metodologia e amostra a presente investigação inscreve-se num desenho de pesquisa transversal¹. Visto que o objetivo geral desta investigação é analisar representações sociais (de género e sexualidade) optou-se por uma estratégia de investigação extensiva e quantitativa, a aplicação de inquéritos por questionários. Assim, é possível analisar os padrões e perfis de distribuição de variáveis, bem como a relação entre as mesmas. E, por isso, o inquérito por questionário² é o instrumento que mais tem vindo a ser escolhido para a análise das representações sociais (Pais, 1998b).

São também várias as vantagens que podemos enumerar na escolha desta técnica de investigação. Existem questões pertinentes e necessárias á investigação que poderiam ser condicionadas pela resposta presencialmente. É o caso de questões potencialmente embaraçosas, pelo que a resposta por escrito será uma boa atenuante desse fator. Por outro lado, é também vantajoso o facto de estas respostas escritas não estarem sujeitas a possíveis enviesamentos e contestáveis interpretações por parte do investigador. Para além de permitir a observação de populações numerosas, esta técnica ainda possibilita a facilitação do processo de análise e tratamento dos dados. É ainda vantajosa para a comparabilidade de resultados, representatividade estatística e para a deteção de regularidades nas práticas sociais estudadas (Peretz, 1998).

Por outro lado, é claro que as respostas obtidas por meio desta técnica de recolha de informação constituem-se como simples opiniões. Contudo, e segundo Moscovici (1961), essas opiniões comuns aos indivíduos indicam-nos algumas representações e valores da sociedade.

Claro que é impossível saber se as respostas dos inquiridos traduzem o que realmente pensam acerca do que lhes é perguntado. Contudo, as possíveis incoerências entre aquilo que se pensa e aquilo

¹ Envolve, portanto, a recolha de dados de uma amostra da população num determinado momento temporal específico, ou seja, a recolha de dados transversais (Bryman, 2012).

² “O inquérito pode ser definido como uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar” (Ghiglione e Matalon, 1992: 8).

que se diz também têm significação sociológica, e o ato discursivo é ele próprio uma prática social (Pais, 1998b).

Por outro lado, é necessário ter especial atenção na construção do questionário, pois deve ser construído de maneira a que não exista a posterior necessidade de outras explicações a não ser aquelas que estão explicitamente previstas³.

Selecionou-se para amostra (aleatória) indivíduos residentes em Portalegre e em Lisboa, com idade superior a 17 anos. É de notar que a amostra pode demonstrar-se enviesada visto que a recolha dos dados foi feita *online*. Inicialmente, tinha-se desenhado a pesquisa para uma amostra representativa da população de Portalegre e de Lisboa, também em termos de homens e mulheres. Contudo, com a pandemia que atualmente se atravessa em Portugal todo o processo teve de ser reestruturado. Desta forma, não é garantida a igualdade relativamente às variáveis sociodemográficas nem representatividade estatística.

Foi resguardada a confidencialidade da identidade dos inquiridos, sendo que apenas foram recolhidos alguns dados de identificação, de modo a se caracterizar a amostra.

Após a recolha dos questionários, foi feito o tratamento estatístico da informação no programa IBM SPSS Statistics. Este programa permite construir facilmente gráficos e tabelas de apuração de padrões e perfis de distribuição de variáveis. Assim, torna-se mais simples analisar as variáveis e a relação entre as mesmas.

Posto isto, a amostra é constituída por 293 indivíduos. 167 são residentes em Portalegre e 126 são residentes em Lisboa; 98 são homens e 195 são mulheres; com idades compreendidas entre os 17 e os 91 anos de idade.

Criaram-se grupos etários: dos 17 aos 29 anos; dos 30 aos 47 anos; dos 48 aos 66 anos; e dos 67 aos 91 anos. Constituíram-se estes grupos etários após a realização de uma análise de extremos e quartis, pelo que os grupos etários foram definidos pelos quartis de idade da amostra. Garante-se assim que cada grupo etário tem o mesmo número de inquiridos (o que só se conseguiu garantir no caso desta variável independente).

Criou-se também um indicador individual de classe para definir os inquiridos. Para tal, utilizou-se como base a tipologia ACM (proposta por Almeida, Costa e Machado, 2007), que se caracteriza pela sua categoria socioprofissional familiar de classe resultar da relação entre o indicador profissão e o indicador situação na profissão do homem e da mulher. Constituiu-se 4 grupos de classe: Patrões (28 inquiridos), Profissões Técnicas (92 inquiridos), Independentes e Camponeses (39 inquiridos) e, por fim, Trabalhadores Não Qualificados (134 inquiridos).

³ Isto porque, “qualquer erro (...) repercutir-se-á na totalidade das operações ulteriores até às conclusões finais” (Ghiglione e Matalon, 1992: 108).

Capítulo 3 – Representações de conjugalidade e parentalidade

Perguntou-se aos inquiridos qual a sua opinião acerca da forma como deve ser dividido o trabalho doméstico entre cônjuges. O que se verifica é que a maioria dos indivíduos considera que tanto o homem como a mulher devem contribuir de igual forma nas tarefas domésticas, evidenciando igualitarismo. Assim, as representações sociais da maioria dos inquiridos sobre esta questão caracterizam-se pelo seu modernismo. Esta hegemonia de declarações modernistas e igualitárias dos portugueses acontece provavelmente desde a Revolução de 1974. Também uma percentagem algo considerável, 14%⁴, de inquiridos revela flexibilidade, considerando que deve contribuir mais para as tarefas domésticas quem tiver menos responsabilidades profissionais. Contudo, existem ainda evidências de tradicionalismo visíveis nas respostas a esta questão, isto é, vários inquiridos responderam que a mulher é quem deve realizar a grande parte das tarefas domésticas⁵.

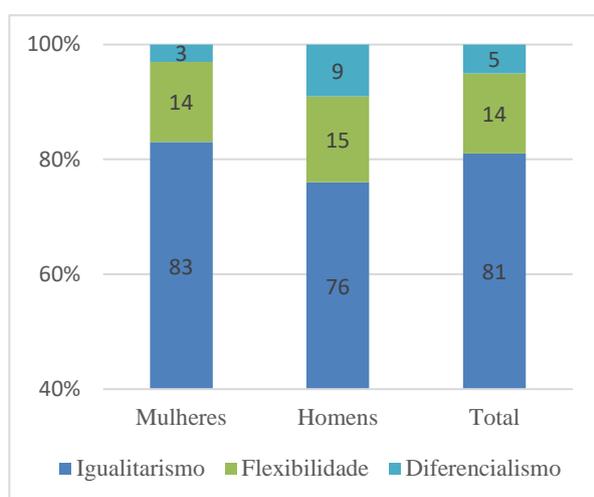


Figura 3.1 – Divisão do trabalho doméstico, segundo o sexo

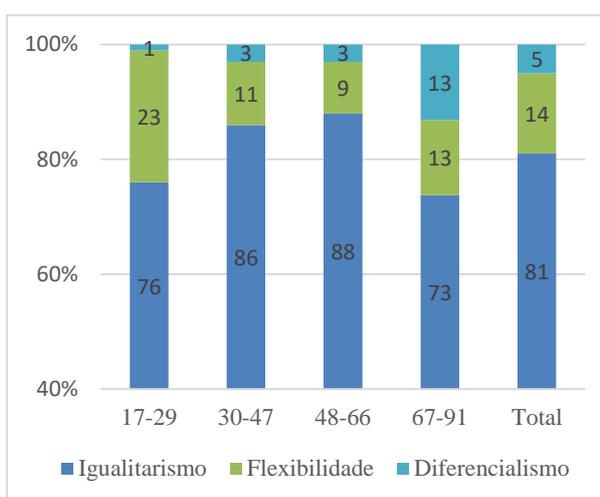


Figura 3.2 – Divisão do trabalho doméstico, segundo o grupo etário

Como é possível verificar no gráfico da figura 3.1, verifica-se uma diferença estatisticamente significativa segundo a categoria de género dos indivíduos, sendo que no caso dos homens existe uma percentagem de 15% que considera que a mulher é quem deve fazer a maior parte das tarefas domésticas, evidenciando o diferencialismo e, portanto, o tradicionalismo.

Já no gráfico da figura 3.2 observa-se que existe uma diferença estatisticamente significativa na opinião acerca do trabalho doméstico entre o grupo etário dos jovens (17-29 anos) e o grupo etário dos idosos (67-91 anos). Dos indivíduos que consideram que é a mulher quem deve realizar grande parte das tarefas domésticas, verifica-se uma maior percentagem de idosos (13%) e uma menor percentagem de jovens (1%). Assim, e considerando o eixo tradicional-moderno, as representações dos jovens tendem a situar-se mais perto do polo moderno e, pelo contrário, as representações dos idosos tendem a situar-se mais perto do polo tradicional, comparativamente com os restantes grupos etários.

⁴ Todas as percentagens apresentadas neste trabalho foram arredondadas às unidades, de forma a facilitar a análise e a leitura.

⁵ É possível observar nos gráficos das figuras 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4.

É de notar que em Lisboa existe uma diferença menos acentuada entre as respostas, subindo um pouco a percentagem de pessoas que considera que deve contribuir mais para as tarefas domésticas quem tiver menos responsabilidades profissionais, cerca de 19% dos inquiridos. Evidenciando assim a flexibilidade que se caracteriza por se situar no centro do eixo tradicional-moderno, como é possível observar no gráfico da figura 3.3.

Relativamente ao indicador individual de classe (figura 3.4) os Patrões destacam-se por uma percentagem significativa, 15%, evidenciar diferencialismo tradicionalista nas suas respostas, o que é absolutamente próprio das elites. Já os Independentes e Camponeses destacam-se por muitos terem considerado que deve contribuir mais para as tarefas domésticas quem tiver menos responsabilidades profissionais, evidenciando flexibilidade nas suas representações. O que se justifica, por um lado, pela fraca diferenciação entre público e privado típica das economias camponesas e, por outro lado, pela cultura de mobilização familiar para o trabalho típico de indivíduos detentores de empresas familiares.

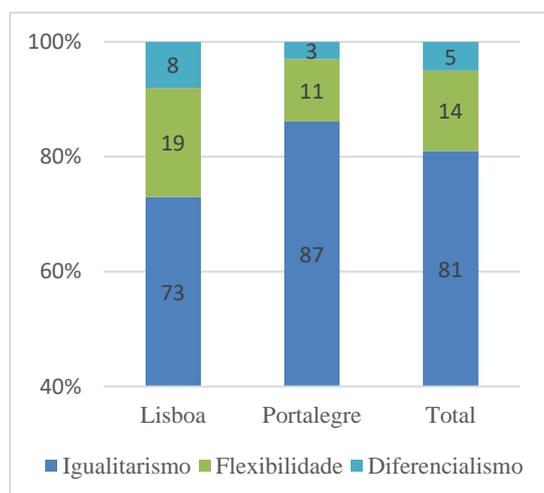


Figura 3.3 – Divisão do trabalho doméstico, segundo o local de residência

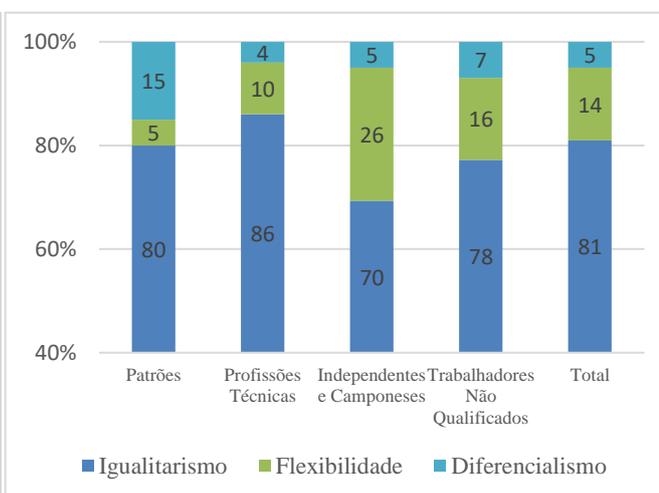


Figura 3.4 – Divisão do trabalho doméstico, segundo a classe social

Nas respostas à questão sobre como devem ser divididas as despesas da casa verifica-se que quase a totalidade dos inquiridos considera que tanto o homem como a mulher devem contribuir para as despesas domésticas, evidenciado novamente o igualitarismo/ modernismo que caracteriza as representações dos indivíduos⁶. As opções de resposta que diziam que apenas um dos cônjuges, homem ou mulher, deve assegurar as despesas domésticas foram pouco respondidas, evidenciando-se pouco o diferencialismo nesta questão. O mesmo acontece com a idecisão, que se evidencia pouco, visto que existem baixas percentagens de não resposta, 2%.

Quando comparado com os homens existe uma percentagem ligeiramente superior de mulheres (4 pontos percentuais), que evidencia tradicionalismo nas suas representações sociais sobre a divisão do trabalho profissional, ainda que não seja uma diferença estatisticamente significativa (figura 3.5).

⁶ É possível observar nos gráficos das figuras 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8.

O que se pode salientar relativamente ao fator da geração, como se pode observar na figura 3.6, é que nos dois grupos etários mais jovens verifica-se uma maior taxa de não respostas, o que talvez se justifique pelo facto de o indivíduo não ter ainda uma opinião bem formada acerca do assunto, ou mesmo ter receio de responder de forma “correta”.

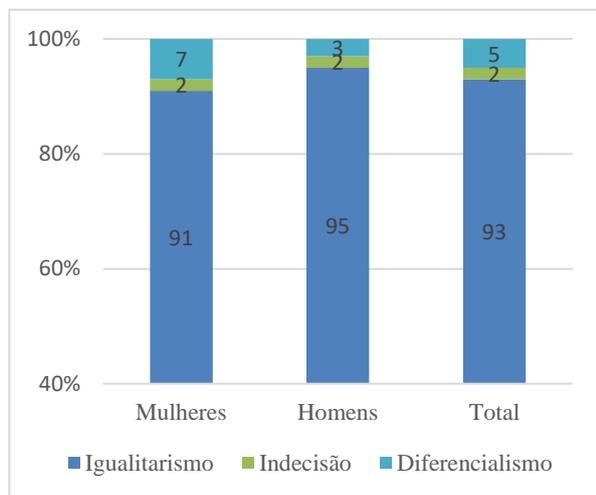


Figura 3.5 – Divisão do trabalho profissional, segundo o sexo

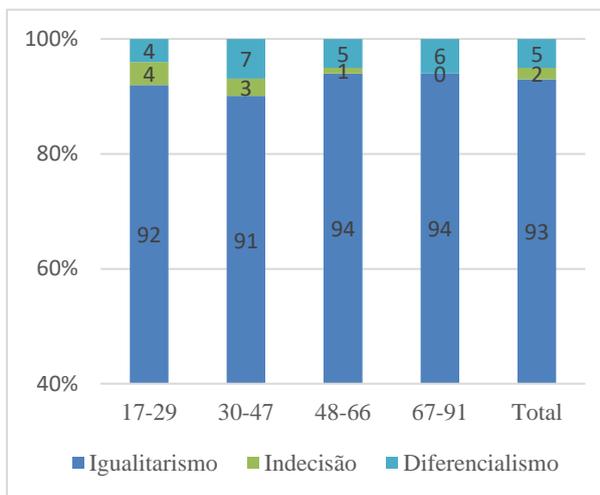


Figura 3.6 – Divisão do trabalho profissional, segundo o grupo etário

Como é possível observar no gráfico da figura 3.7 os indivíduos de Portalegre (9%) apresentam uma percentagem superior de diferencialismo face aos indivíduos de Lisboa (2%), pelo que os inquiridos de Portalegre são um pouco mais tradicionais nas suas representações no que concerne a esta questão.

Como se pode verificar na figura 3.8, quando comparado com as restantes classes sociais, os Patrões evidenciam de forma considerável tradicionalismo nas suas representações, sendo que revelaram traços de diferencialismo nas suas respostas sobre a divisão do trabalho profissional.

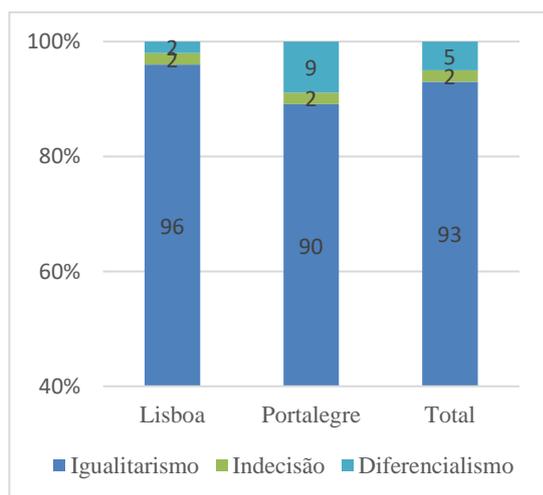


Figura 3.7 – Divisão do trabalho profissional, segundo o local de residência

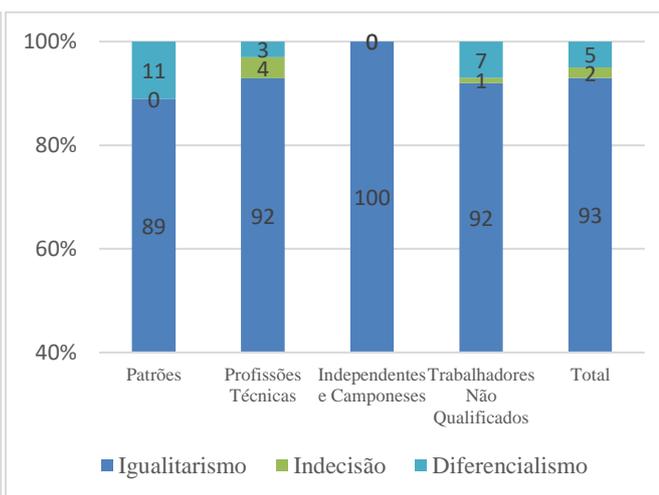


Figura 3.8 – Divisão do trabalho profissional, segundo a classe social

Quando questionados sobre quem deve tomar as grandes decisões referentes à casa e à família, a maioria dos inquiridos respondeu que tanto o homem como a mulher devem fazer parte das tomadas

de decisão. Comprova-se novamente a o modernismo naquilo que são as representações dos indivíduos⁷. Apenas 3% dos inquiridos responderam que quem deve decidir é o homem evidenciando-se pouco esse diferencialismo, sendo que ninguém considerou que é a mulher quem deve decidir.

Existe uma percentagem de homens ligeiramente maior, mais 3%, do que a das mulheres a responder que quem deve decidir numa relação é o homem (figura 3.9). O mesmo acontece no grupo etário dos 67 aos 91 anos, onde existe um aumento de inquiridos que evidenciam esse diferencialismo nas suas representações sociais (figura 3.10). Assim, ainda se observam alguns vislumbres de tradicionalismo nos homens e idosos inquiridos.

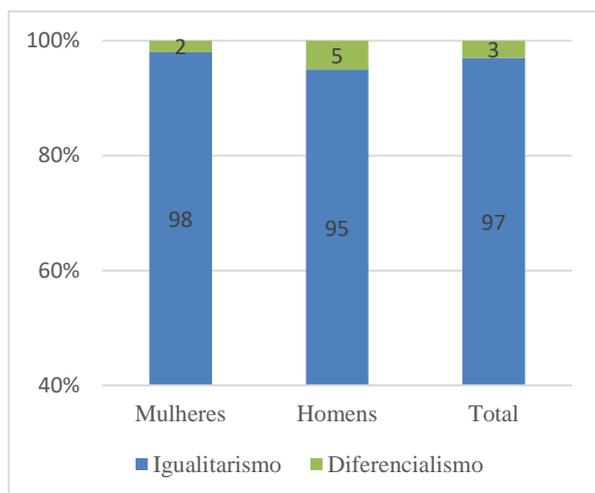


Figura 3.9 – Grandes decisões, segundo o sexo

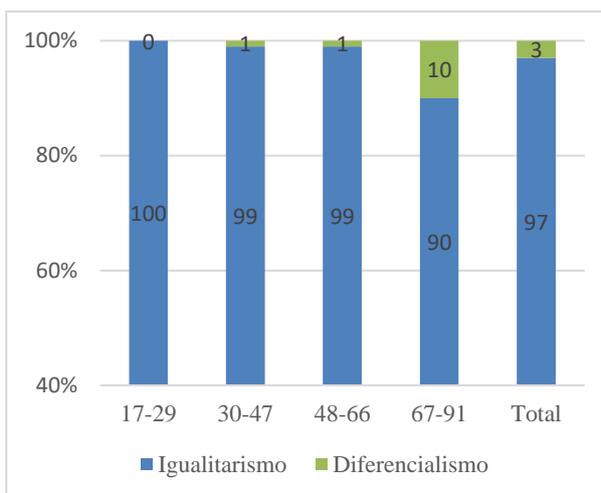


Figura 3.10 – Grandes decisões, segundo o grupo etário

Em Lisboa existe uma percentagem ligeiramente maior de diferencialismo/ tradicionalismo do que em Portalegre, com uma diferença de 5% para 1%, respetivamente (figura 3.11).

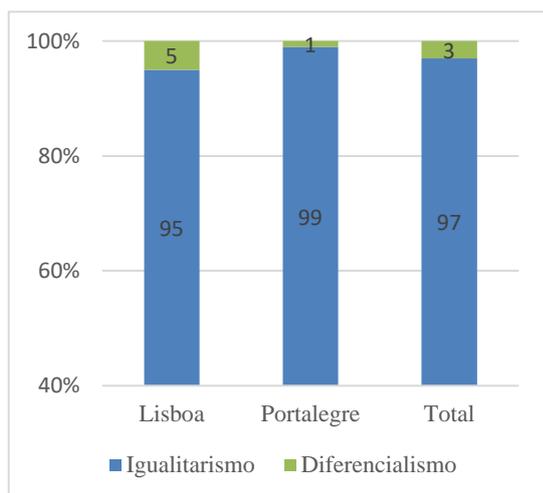


Figura 3.11 – Grandes decisões, segundo o local de residência

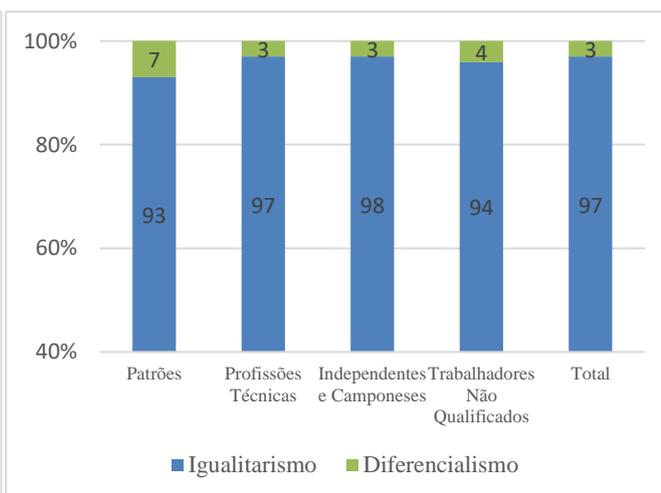


Figura 3.12 – Grandes decisões, segundo a classe social

⁷ É possível observar nos gráficos das figuras 3.9, 3.10, 3.11 e 3.12.

O mesmo acontece com a classe social dos Patrões face às restantes, que se destaca pela sua percentagem de 7% de inquiridos que revelaram diferencialismo, logo, tradicionalismo (figura 3.12).

Relativamente à autonomia individual perguntou-se se os cônjuges devem ser autónomos no seu tempo livre, existindo espaço para que cada um desenvolva atividades sozinho. O que se verifica é que a grande maioria dos inquiridos considera que tanto o homem como a mulher devem ter autonomia no seu tempo livre. Ou seja, a maioria dos inquiridos pensa que a identidade pessoal dos homens e das mulheres não deve estar em exclusivo associado à esfera familiar, ao contrário do que acontece em modelos mais fusionistas, onde a identidade pessoal se centra na esfera familiar. Nega-se assim o tradicionalismo caracterizado pelo fusionalismo ou pelo diferencialismo para aceitar aquilo que é o moderno e igualitário⁸.

É, porém, notório que existe um crescimento de diferencialismo e de fusionalismo no grupo etário dos mais velhos, sendo que alguns inquiridos dos 67 aos 91 anos consideram que apenas o homem deve ter essa autonomia no seu tempo livre, evidenciando dominação masculina nas suas representações sociais e, por isso, tradicionalismo (figura 3.14).

Como se pode observar no gráfico da figura 3.13 também os homens evidenciam mais diferencialismo e fusionalismo do que as mulheres, ainda que a diferença não seja tão acentuada como a do grupo dos mais velhos para os restantes grupos etários.

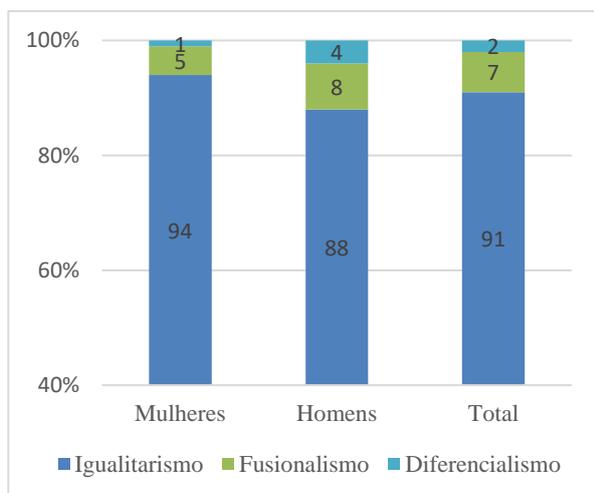


Figura 3.13 – Autonomia individual, segundo o sexo

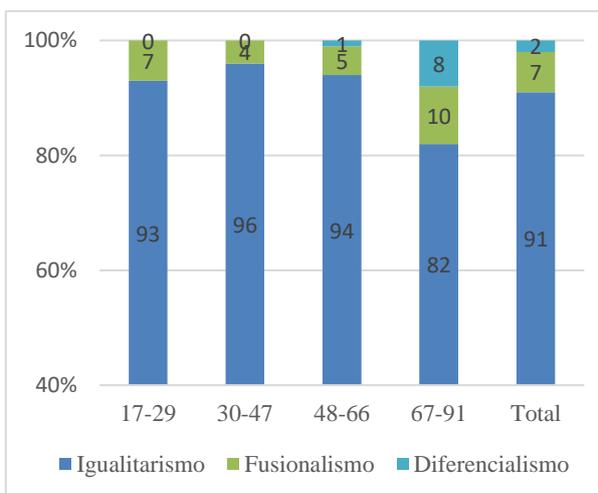


Figura 3.14 – Autonomia individual, segundo o grupo etário

Algumas pesquisas evidenciaram que casais que se caracterizam pela sua escolaridade elevada tendem a constituir o seu relacionamento com níveis de autonomia individual também elevados, como concluiu Sofia Aboim (2009). Algo que se comprova nas representações sociais dos inquiridos deste estudo. Grande parte dos inquiridos com um grau de escolaridade elevado considera que tanto o homem como a mulher devem ter autonomia individual no seu tempo livre⁹.

⁸ É possível observar nos gráficos das figuras 3.13, 3.14, 3.15 e 3.16.

⁹ Cerca de 93% dos inquiridos com o ensino superior responderam que “sim, ambos devem ter essa autonomia”.

Por outro lado, e referente à influência do indicador individual de classe, é possível verificar que os Patrões revelam percentagens de fusionalismo muito superior às das restantes classes. Revelando conservadorismo, ainda que caracterizando pelo fusionalismo, visto que ninguém dos Patrões evidenciou diferencialismo nas suas respostas a esta questão (figura 3.16).

Em Portalegre evidenciam-se algumas respostas que remetem para o fusionalismo (ainda que ligeiramente), pelo que as suas representações sociais referentes à autonomia individual são tendencialmente mais fusionalistas do que as representações dos inquiridos de Lisboa (figura 3.15).

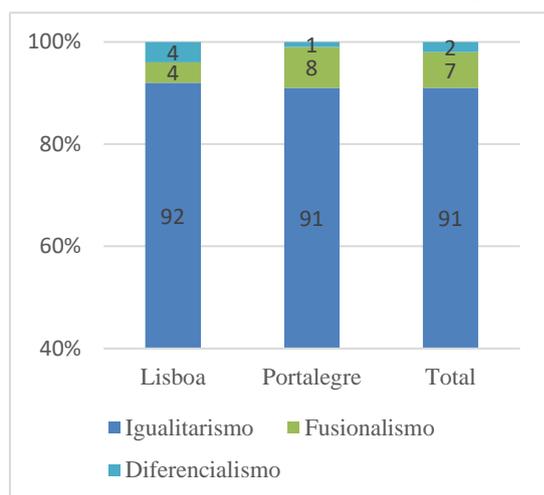


Figura 3.15 – Autonomia individual, segundo o local de residência

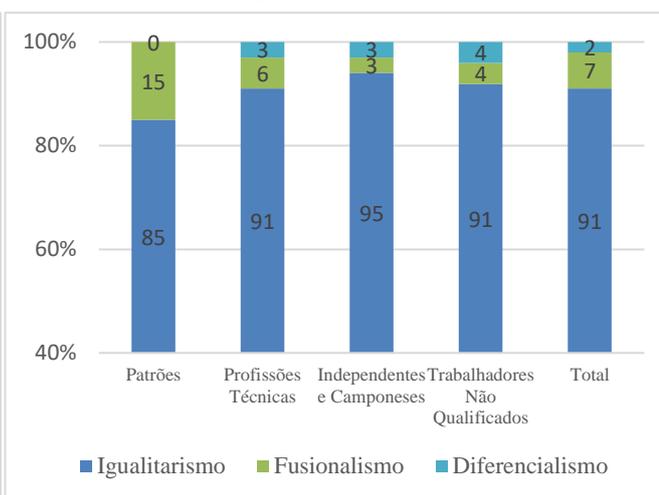


Figura 3.16 – Autonomia individual, segundo a classe social

A esfera da parentalidade tem sido muito analisada em estudos do género. Aboim e Cunha (2010) revelaram que as dinâmicas da parentalidade têm sofrido várias alterações ao longo do tempo, esbatendo-se a ideia de que os filhos são mais importantes para as mulheres e, por isso, estas são mais sentimentais.

O que se verifica no presente estudo é que, quando perguntados acerca de qual deve ser o papel de um pai e o papel de uma mãe, a maioria dos inquiridos defende o igualitarismo¹⁰. Verifica-se, assim, aquilo que é o modernismo nas representações dos inquiridos, negando a representação da mãe mais sentimental e do pai mais autoritário, também analisada por Rodrigues (2017).

Contudo, como se pode verificar no gráfico da figura 3.17 uma percentagem significativa de homens inquiridos (9%) considera que o pai deve manter uma postura mais autoritária, enquanto a mãe deve ter uma postura mais afetiva, o que não acontece nas respostas das mulheres. Assim, vislumbra-se uma conceção diferencialista e, portanto, tradicionalista por parte dos homens.

No grupo etário dos 67 aos 91 anos verifica-se que existe um número bastante significativo de inquiridos que considera que o pai deve manter uma postura mais autoritária, enquanto a mãe deve manter uma postura mais afetiva, algo que pode ser explicado com base na realidade que estas pessoas viveram aquando da sua infância. A ideia que transmitem de qual deve ser o papel do pai e da mãe pode

¹⁰ É possível observar nos gráficos das figuras 3.17, 3.18, 3.19 e 3.20.

transparecer aquilo que foi a sua experiência enquanto filhos e, portanto, a reprodução do tradicionalismo que viveram. Por outro lado, existe uma percentagem considerável de inquiridos que optaram por não responder no grupo etário dos 17 anos 29 anos, 7%, o que talvez possa ser explicado pelas mudanças, que têm sido cada vez mais visíveis, na estrutura das famílias (figura 3.18).

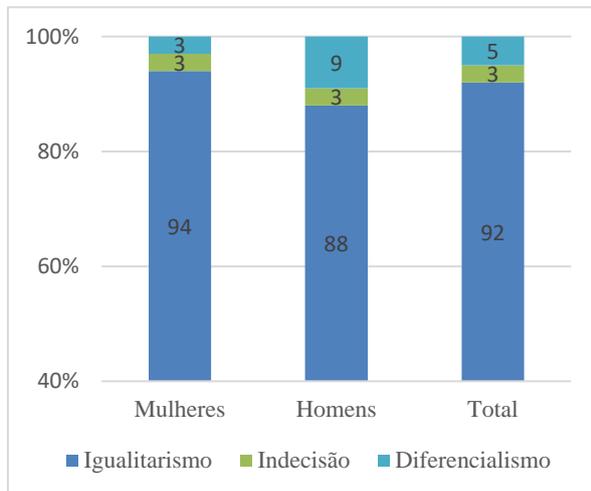


Figura 3.17 – Parentalidade, segundo o sexo

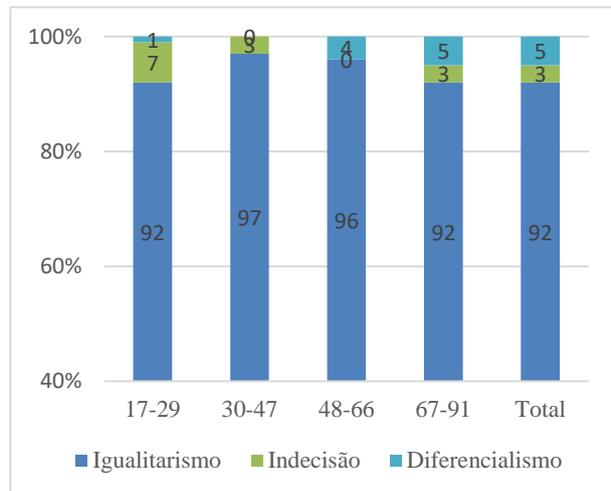


Figura 3.18 – Parentalidade, segundo o grupo etário

Como se pode observar no gráfico da figura 3.19 os inquiridos provenientes de Lisboa revelam consideravelmente mais diferencialismo do que os inquiridos provenientes de Portalegre nas suas respostas referentes à parentalidade. Pelo que se pode afirmar que as representações sociais sobre a parentalidade dos Lisboetas são tendencialmente mais conservadoras. O que, considerando as imagens de modernidade associadas à capital portuguesa, se revela como algo contraditório.

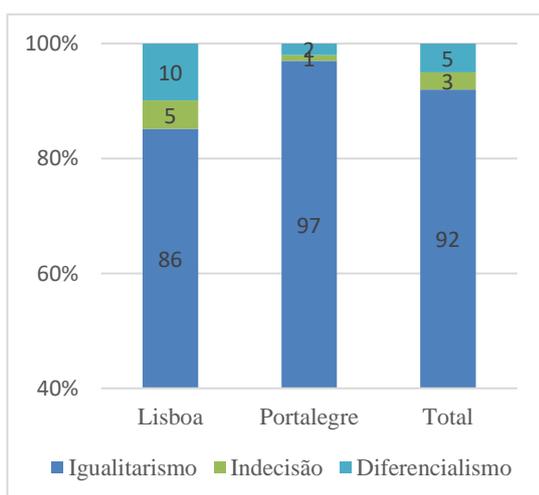


Figura 3.19 – Parentalidade, segundo o local de residência

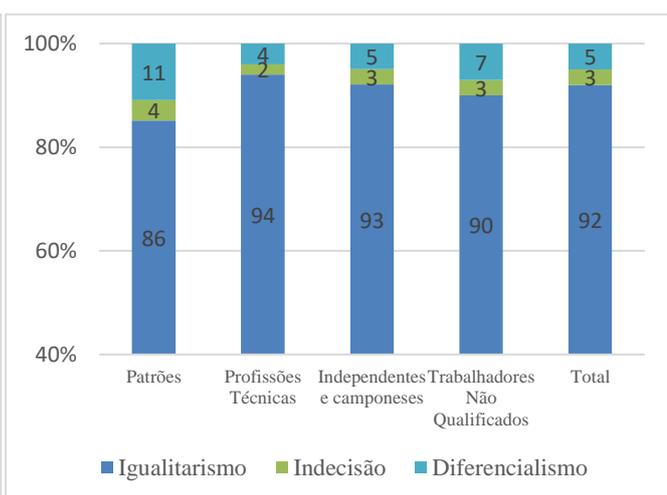


Figura 3.20 – Parentalidade, segundo a classe social

Verifica-se que a relação entre o grau de escolaridade dos indivíduos e a opinião sobre a parentalidade é elevada¹¹. O que se traduz também numa relação forte entre essa opinião e a classe social, como é possível analisar na figura 3.20. Os Patrões e os Trabalhadores Não Qualificados, ou seja, os inquiridos da classe social mais alta e os inquiridos da classe social mais baixa, destacam-se por uma percentagem significativa do seu grupo, 11% e 7% respetivamente, transparecer nas suas representações aquilo que é a conceção do pai autoritário e da mãe sentimental (diferencialismo). As representações destes inquiridos situam-se tendencialmente mais para o lado do polo tradicional do eixo em análise, algo extremamente típico – os extremos tendem a ser mais tradicionalistas. Sendo que no caso dos indivíduos de classe baixa se pode facilmente explicar pelo seu baixo nível de escolaridade. Por outro lado, as representações tradicionais dos indivíduos de classes altas, mais burguesas, explicam-se pela tendência dos mesmos em ser ideologicamente, politicamente e religiosamente mais conservadores.

Relativamente às competências e capacidades no trabalho questionou-se os indivíduos acerca da sua opinião sobre a existência de profissões mais indicadas para homens e outras mais indicadas para mulheres. O que se verifica é que a maioria dos indivíduos defende o igualitarismo nas suas representações¹², isto é, considera que não existem profissões adequadas segundo a categoria de género. E, portanto, mais uma vez, prevalece o modernismo perante o tradicionalismo.

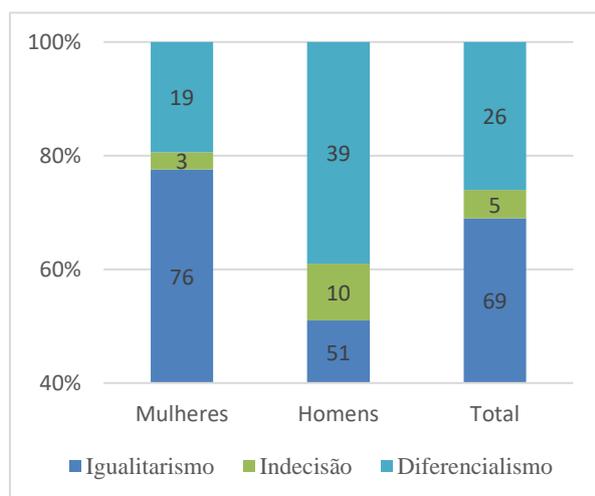


Figura 3.21 – Competências e capacidades, segundo o sexo

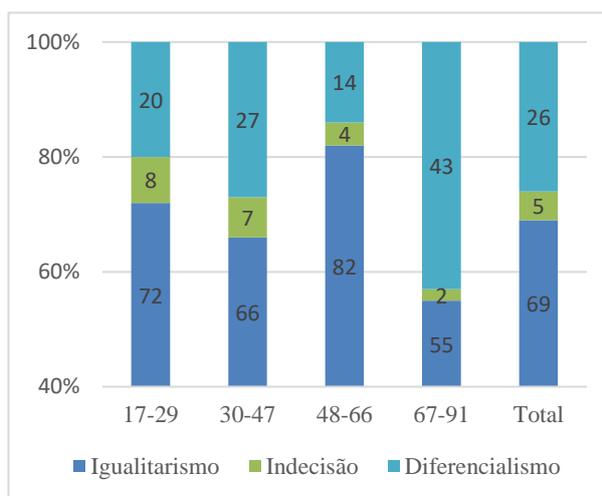


Figura 3.22 – Competências e capacidades, segundo o grupo etário

Contudo, existe ainda um grande número de inquiridos que consideram o contrário, ou seja, que defendem o diferencialismo, sendo esse número muito mais representativo nos homens do que nas mulheres, como é possível observar no gráfico da figura 3.21. Ou seja, as representações sociais dos homens relativamente a esta questão situam-se mais para o lado do polo tradicional do que no caso das mulheres. É ainda de salientar que existe uma percentagem significativa de homens que optou por não responder, 10%, o que se pode justificar pelo seu constrangimento em demonstrar o tradicionalismo de

¹¹ V Cramer = 0,645, relação elevada, segundo Cohen (1992).

¹² É possível observar nos gráficos das figuras 3.21, 3.22, 3.23 e 3.24.

que as suas representações são alvo, isto é, de mostrar que de várias formas ainda são reféns da dominação masculina que se impõe na sociedade; ou ainda pela natureza polémica (a nível político e não só) desta questão.

A percentagem de pessoas que considera que realmente existem profissões mais indicadas para homens e outras mais indicadas para mulheres é muito expressiva no grupo etário dos 67 aos 91 anos, 43%, onde a diferença entre respostas é pouco significativa. É bastante visível o tradicionalismo inerente às representações dos mais velhos. O grupo etário dos mais jovens sobressai pela sua grande taxa de não respostas, 8% (figura 3.22).

Verifica-se que o fator local de residência não influencia de forma significativa a opinião sobre as competências e capacidades no trabalho, ainda que existam ligeiramente mais Lisboaetas (mais 6% do que Portalegrenses) a revelarem diferencialismo e, portanto, tradicionalismo (figura 3.23).

No que concerne ao indicador individual de classe, verifica-se que este fator também influencia pouco significativamente a opinião sobre as competências e capacidades no trabalho. É de salientar, porém, que ao contrário do que acontece nas restantes classes sociais, nenhum dos inquiridos Patrões revelou indecisão nas suas respostas, sendo que ninguém desta classe optou por não responder (figura 3.24).

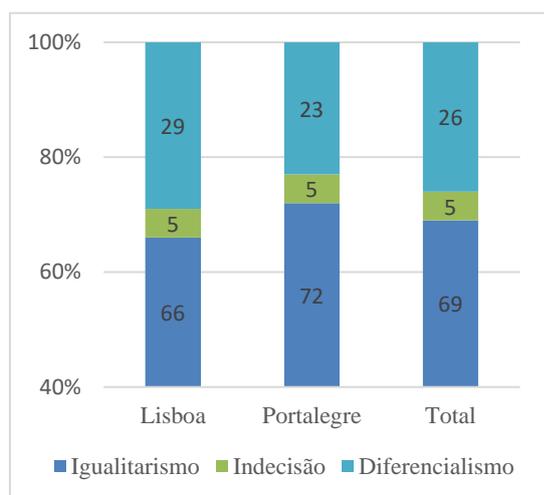


Figura 3.23 – Competências e capacidades, segundo o local de residência

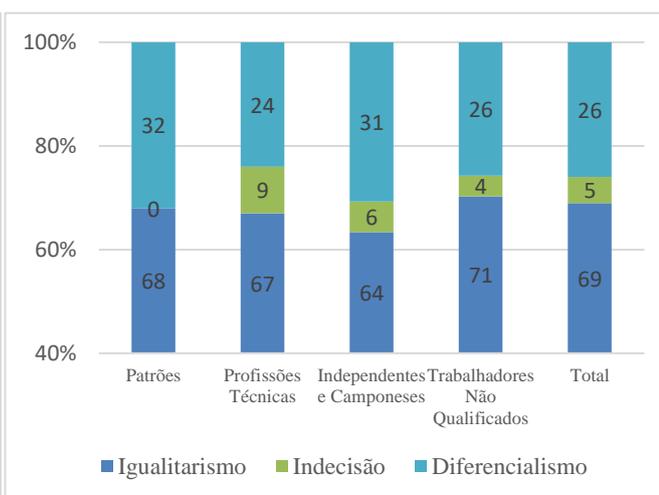


Figura 3.24 – Competências e capacidades, segundo a classe social

Perguntou-se quem deve ser responsável pelo cuidado das crianças a fim de analisar a opinião sobre a maternidade/ paternidade. Verifica-se que quase a totalidade dos indivíduos considera que o pai e a mãe devem ter as mesmas responsabilidades no que diz respeito ao cuidado das crianças, evidenciado o igualitarismo/ modernismo que caracterizam as representações dos inquiridos¹³.

Existe, contudo, uma percentagem maior no caso dos homens que considera que é a mãe que deve ter a responsabilidade de cuidar das crianças (6%). Pelo que as representações destes homens

¹³ É possível observar nos gráficos das figuras 3.25, 3.26, 3.27 e 3.28.

evidenciam o diferencialismo (e, portanto, o tradicionalismo) que ainda existe na sociedade portuguesa (figura 3.25).

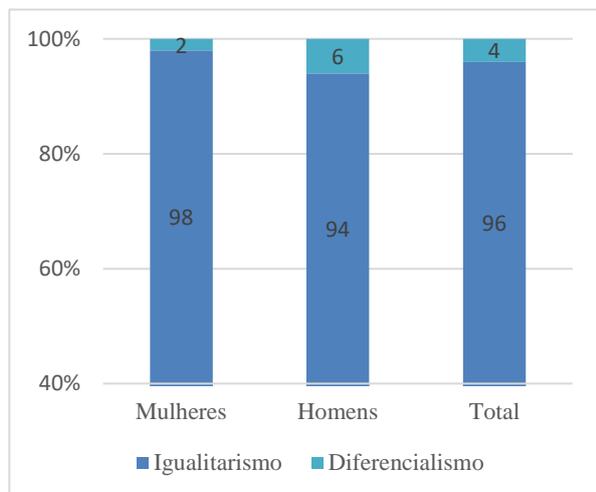


Figura 3.25 – Maternidade/ paternidade, segundo o sexo

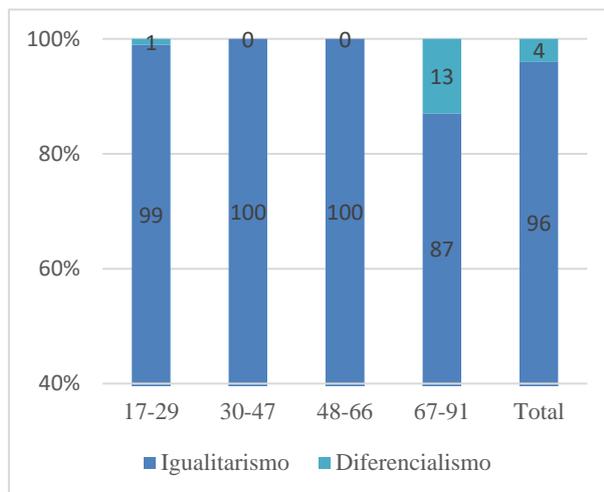


Figura 3.26 – Maternidade/ paternidade, segundo o grupo etário

No grupo etário mais velho, dos 67 aos 91 anos, verifica-se uma percentagem bastante significativa, 13%, de indivíduos que evidencia o mesmo diferencialismo/ tradicionalismo que os homens. Contudo, destaca-se mais neste caso visto que praticamente todos os indivíduos que evidenciaram este conservadorismo pertencem ao grupo etário dos idosos, como é possível observar no gráfico da figura 3.26.

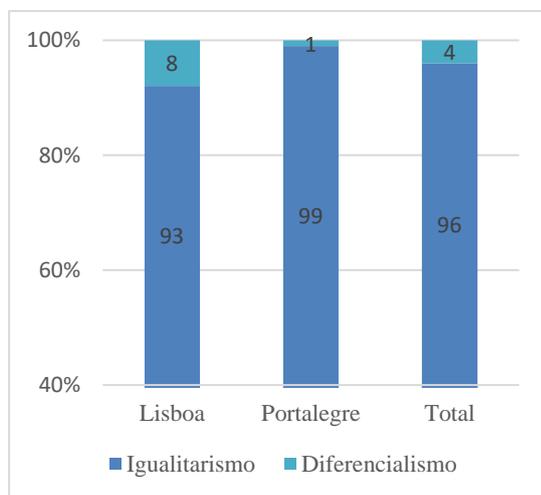


Figura 3.27 – Maternidade/ paternidade, segundo o local de residência

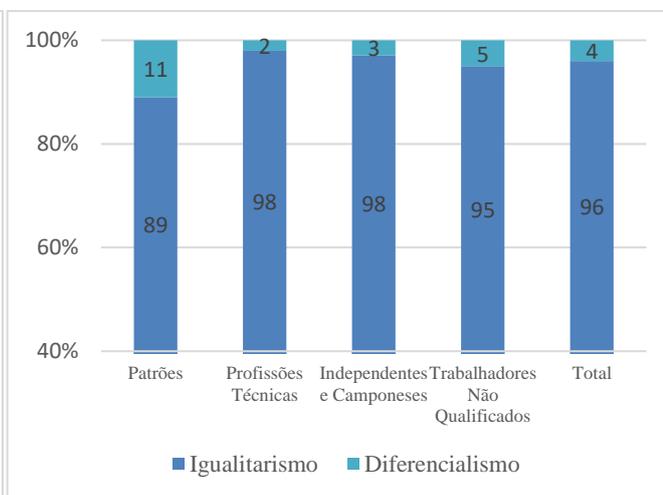


Figura 3.28 – Maternidade/ paternidade, segundo a classe social

O mesmo acontece relativamente aos inquiridos de Lisboa, existe uma percentagem algo significativa, 8%, dessas pessoas que considera que é a mãe quem deve ser responsável pelo filho, evidenciando assim tradicionalismo nas suas representações sobre maternidade/ paternidade face aos inquiridos de Portalegre (figura 3.27).

Relativamente à classe social, é nos Patrões que mais se verifica esse diferencialismo nas representações sociais. Isto é, esses indivíduos de classe mais alta são os que mais se caracterizam pelo tradicionalismo nas suas representações face à maternidade/paternidade, ainda que também se verifique de forma considerável nos Trabalhadores Não Qualificados (figura 3.28).

Relativamente à igualdade de género em Portugal verifica-se que a maioria das pessoas considera que os homens têm mais facilidades do que as mulheres. Ou seja, os inquiridos transpõem nas suas respostas o diferencialismo que consideram que existe na sociedade portuguesa. E, portanto, essa dominação masculina que maior a parte dos indivíduos considera existir aponta as suas representações para o polo tradicional do eixo em análise.

A percentagem de indivíduos que considera que homens e mulheres têm as mesmas oportunidades em Portugal é muito superior nos homens, 34%, do que nas mulheres, 15%, como se pode analisar no gráfico da figura 3.29. É fácil de justificar pelo facto de os homens não querem, conscientemente ou não, admitir a sua própria dominação em termos de regalias na sociedade.

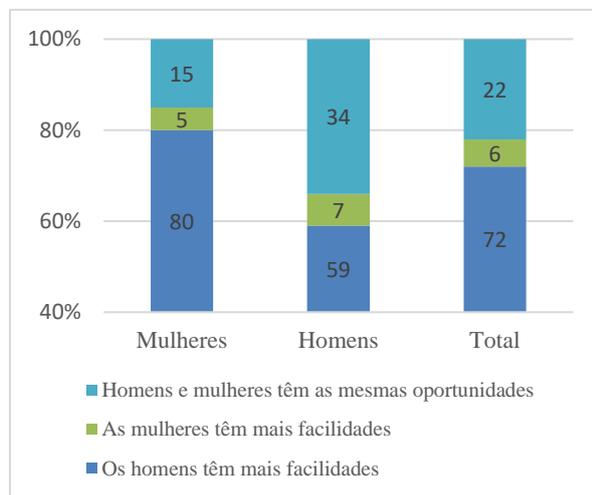


Figura 3.29 – Igualdade de género, segundo o sexo

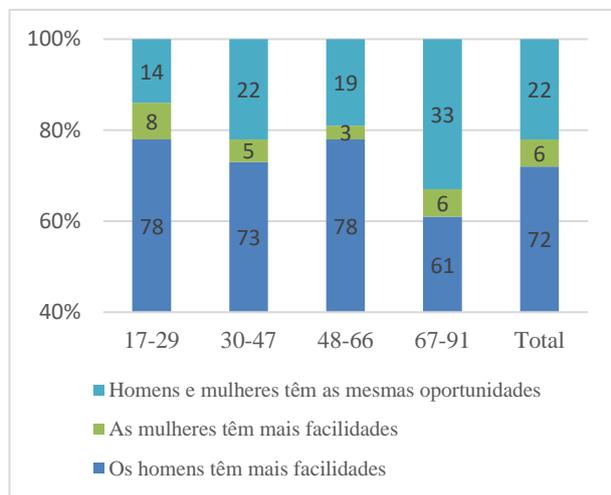


Figura 3.30 – Igualdade de género, segundo o grupo etário

Face aos demais grupos etários, nos inquiridos dos 67 aos 91 anos, desce a percentagem de inquiridos que considera que os homens têm mais facilidades (61%), e aumenta a percentagem que considera que homens e mulheres têm as mesmas oportunidades (33%), como se pode verificar na figura 3.30. Os mais velhos talvez não reparem ou não querem admitir essas diferenças de oportunidades em termos de género na sociedade portuguesa porque sempre viveram assim e consideram que assim é que está certo.

Verifica-se que a variável local de residência, tal como a variável indicador individual de classe, não se constituem como um efeito significativo (figura 3.31 e figura 3.32, respetivamente). Contudo, no que toca ao fator classe social existe um pormenor interessante a salientar: nos Patrões existe ligeiramente mais pessoas, comparativamente com as demais classes sociais, que consideram que as mulheres têm mais facilidades do que os homens na sociedade portuguesa.

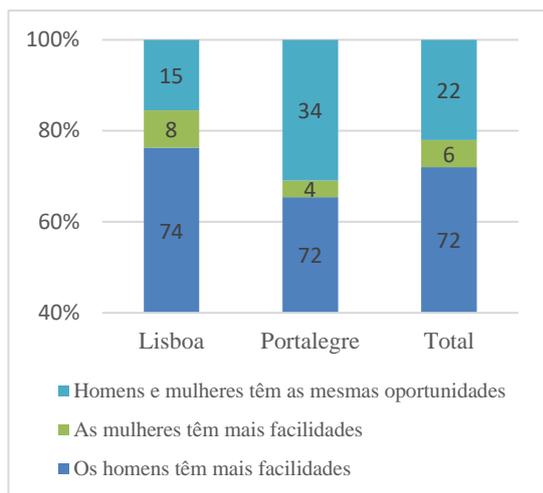


Figura 3.31 – Igualdade de género, segundo o local de residência

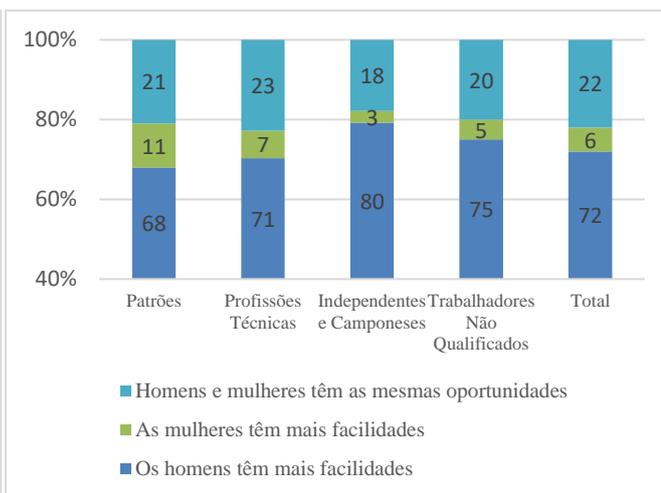


Figura 3.32 – Igualdade de género, segundo a classe social

Capítulo 4 – Representações de sexo, masculinidade e feminilidade

No domínio da conjugalidade já se tinham encontrado algumas taxas de não resposta significativas. Contudo, é ao entrar no domínio da sexualidade que se verificam percentagens de não resposta muito mais elevadas. Estas não respostas são bastante interessantes de analisar, visto que se constituem como uma regularidade social que, talvez, possa ser explicada pela sensibilidade da temática das questões. Ainda é um domínio muito retraído na sociedade, pelo que os inquiridos podem ter-se constrangido em responder.

Relativamente à iniciação sexual perguntou-se ao inquiridos se consideram que rapazes e raparigas devem iniciar a sua vida sexual na mesma idade. A maioria dos inquiridos defende que ambos devem iniciar a vida sexual na mesma idade, evidenciando igualitarismo nas suas representações e, por isso, situando-se as mesmas no polo moderno do eixo em análise. Existe uma percentagem de não resposta muito elevada (33%), aproximando-se muito à opção mais respondida (52%)¹⁴.

Existe ainda uma percentagem significativa de pessoas que considera que as raparigas devem iniciar a sua vida sexual mais tarde (14%). Este diferencialismo verifica-se sobretudo no grupo etário mais velho, dos 67 aos 91 anos, onde esta percentagem cresce significativamente, para os 22%, perante os demais grupos etários. Evidencia-se assim que as representações sociais sobre a iniciação sexual da geração mais velha se caracterizam pelo tradicionalismo. Como se pode observar na figura 4.2, este grupo etário dos mais velhos também se destaca por ser o grupo que apresenta as taxas de não resposta mais baixas, pelo que se pressupõe que são os mais decididos nas suas respostas.

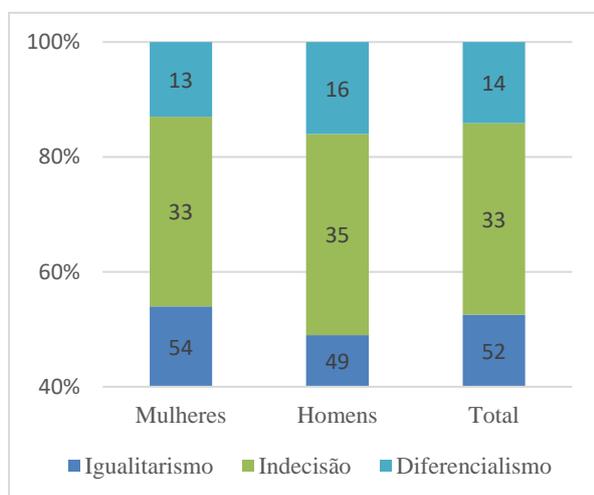


Figura 4.1 – Iniciação sexual, segundo o sexo

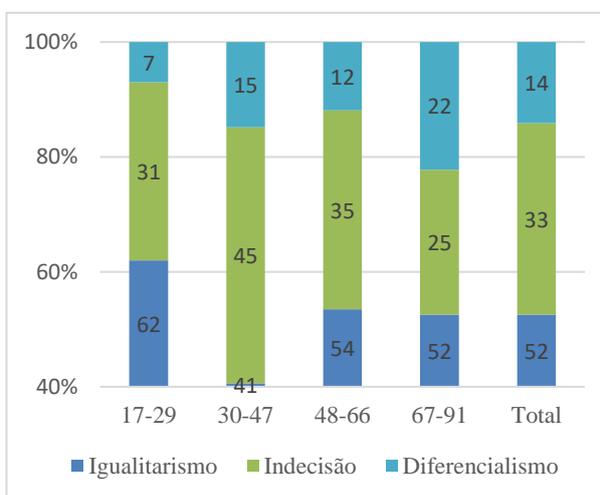


Figura 4.2 – Iniciação sexual, segundo o grupo etário

A figura 4.1 permite observar que, ainda que de forma não tão significativa, quando comparados com as mulheres os homens também revelam esses mesmos traços de tradicionalidade, evidenciando a sua opinião diferencialista face à questão da iniciação sexual.

¹⁴ É possível observar nos gráficos das figuras 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4.

Os Lisboaetas apresentam uma percentagem ligeiramente maior de diferencialismo, 17%, sendo que os Portalegrenses apresentam uma percentagem ligeiramente maior de não resposta, 35%. Pelo que enquanto em Lisboa os inquiridos são mais conservadores relativamente a este assunto, em Portalegre são mais indecisos ou sentem-se mais constrangidos a responder (figura 4.3).

Os Patrões são os que apresentam maiores taxas de diferencialismo, 18%. Já os Trabalhadores Não Qualificados são os que revelam mais igualitarismo, 58% (figura 4.4). Assim, os inquiridos da classe mais alta revelam-se mais tradicionais nas suas representações sociais sobre a iniciação sexual, enquanto os inquiridos da classe mais baixa parecem transparecer aquilo que é o reflexo cultural de práticas de conjugalidade e maternidade precoces.

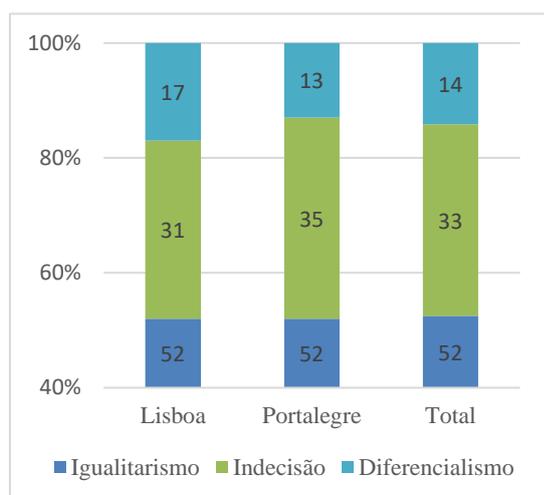


Figura 4.3 – Iniciação sexual, segundo o local de residência

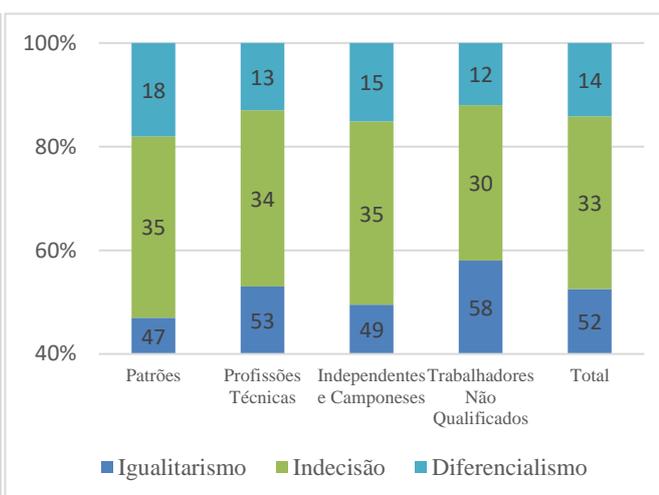


Figura 4.4 – Iniciação sexual, segundo a classe social

Questionou-se os indivíduos sobre quem deve ter a responsabilidade de garantir a satisfação sexual numa relação, sendo que a grande maioria dos inquiridos considera que tanto o homem como a mulher devem ser responsáveis pela satisfação sexual¹⁵. Prevalecendo novamente o igualitarismo/modernismo naquilo que toca às representações sociais dos inquiridos.

Uma percentagem considerável de homens considera que deve ser a mulher a responsável por garantir satisfação sexual (7%), evidenciando-se mais diferencialistas nas suas representações sociais quando comparados com as mulheres (figura 4.5).

Já no grupo etário dos 67 aos 91 anos uma percentagem muito significativa de indivíduos revela que considera que apenas o homem (e outros a mulher) deve ser responsável pela satisfação sexual (12%), o que não acontece nos demais grupos etários, como se pode analisar na figura 4.6. Assim, é bem conclusivo que os inquiridos mais velhos (referentemente às suas representações) se situam mais no polo tradicional do eixo em análise perante os indivíduos mais jovens.

¹⁵ É possível observar nos gráficos das figuras 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8.

Em Lisboa, como se pode analisar na figura 4.7, os inquiridos revelam mais diferencialismo do que em Portalegre, pelo que revelam ser pessoas mais conservadoras no que se refere à opinião sobre a satisfação sexual.

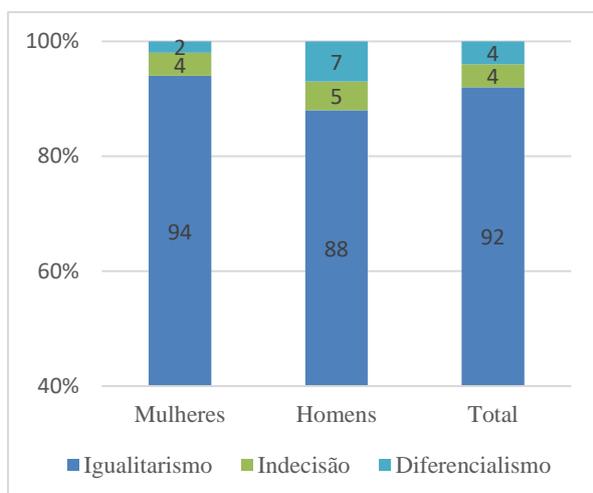


Figura 4.5 – Satisfação sexual, segundo o sexo

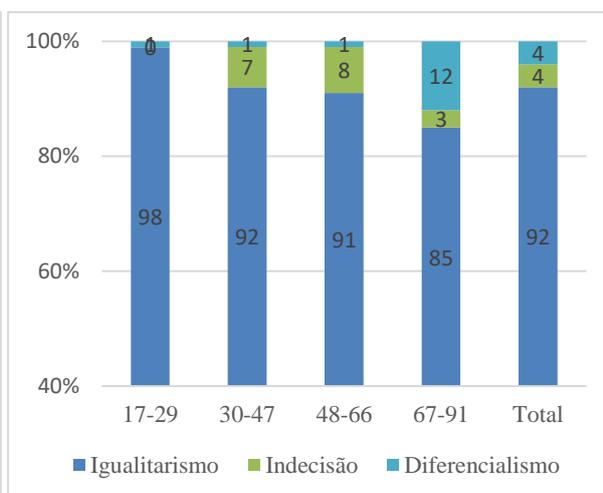


Figura 4.6 – Satisfação sexual, segundo o grupo etário

Relativamente à classe social, os Patrões realçam-se por existir uma percentagem ligeiramente significativa de inquiridos, 7%, que considera que o homem é quem deve garantir a satisfação sexual numa relação (figura 4.8). Isto é, os indivíduos pertencentes ao indicador individual de classe mais alto transparecem o diferencialismo de que as suas representações são alvo e, por isso, o tradicionalismo.

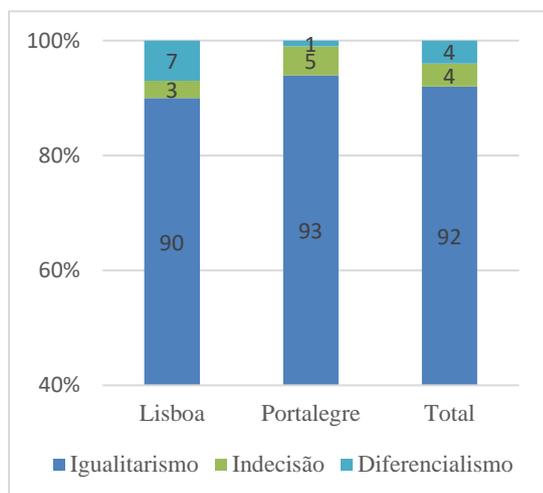


Figura 4.7 – Satisfação sexual, segundo o local de residência

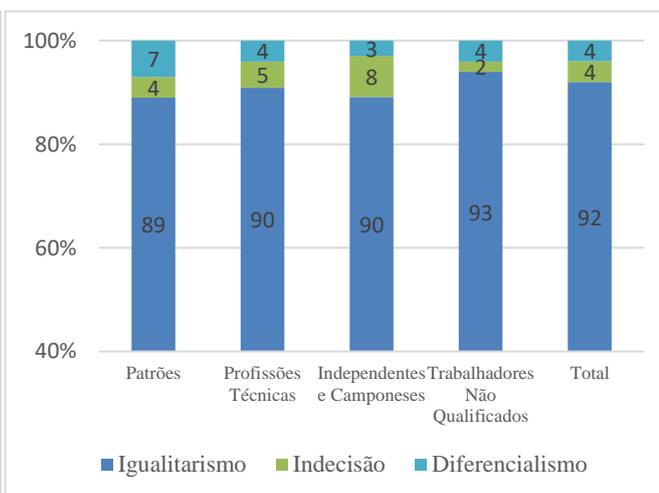


Figura 4.8 – Satisfação sexual, segundo a classe social

Relativamente à opinião sobre a gravidez não desejada questionou-se sobre quem deve ter a responsabilidade de garantir a contraceção. Verifica-se que a maioria dos inquiridos considera que tanto o homem como a mulher têm a responsabilidade de garantir a contraceção, revelando-se novamente igualitarismo e, portanto, modernismo¹⁶.

¹⁶ É possível observar nos gráficos das figuras 4.9, 4.10, 4.11 e 4.12.

São novamente os homens e o grupo etário dos mais velhos que revelam mais diferencialismo/tradicionalismo nas suas representações sociais, sendo que foram os que mais responderam que o homem é quem deve garantir a contraceção (figura 4.9 e figura 4.10, respetivamente). Contudo, o grupo etário dos 30 aos 47 anos também revela taxas significativas de diferencialismo face à opinião sobre a gravidez indesejada, o que não tem acontecido nas restantes questões.

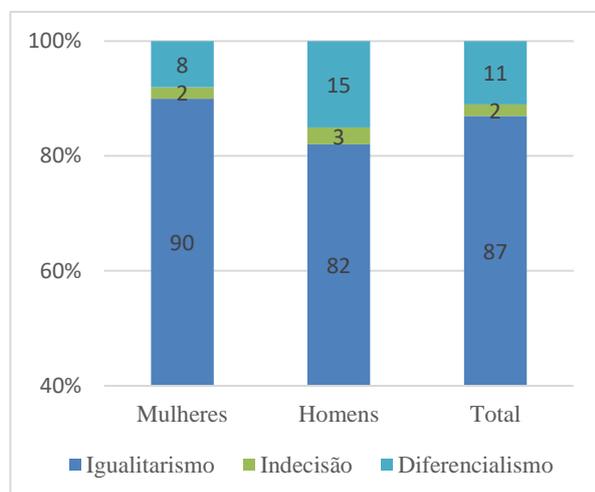


Figura 4.9 – Gravidez indesejada, segundo o sexo

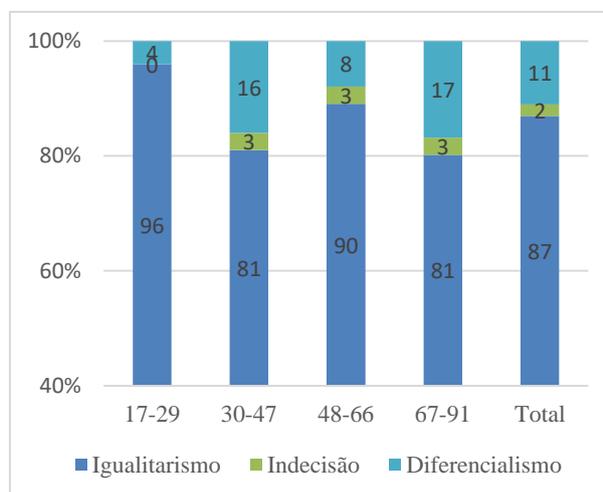


Figura 4.10 – Gravidez indesejada, segundo o grupo etário

Como se pode observar na figura 4.11, em Portalegre existe uma percentagem considerável de inquiridos, 15%, que revelam diferencialismo nas suas respostas, enquanto em Lisboa apenas 6% o revelam, algo que também não tem acontecido nos restantes indicadores. Claro que em Portalegre a população é mais envelhecida, o que poderá explicar estes números¹⁷.

Nos restantes indicadores os Padrões têm sido os que se revelam mais tradicionais. Na opinião sobre a gravidez indesejada são os que se revelam mais modernos, sendo que o conservadorismo se revela nas Profissões Técnicas e nos Independentes e Camponeses (figura 4.12). Algo que não se faria prever, pelo que não se consegue encontrar uma razão explicativa para tal.

Perguntou-se aos indivíduos se consideram que os casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais, de forma a analisar as representações sociais dos inquiridos face à homossexualidade. Verifica-se que na resposta da grande maioria dos indivíduos prevalece o igualitarismo, ou seja, o modernismo, sendo que responderam que os casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais. Verifica-se ainda uma percentagem muito elevada de não respostas a esta questão por parte dos inquiridos (18% de indecisão)¹⁸, o que talvez se justifique pela sensibilidade da pergunta, sendo que é um tema relativamente recente no que toca à igualdade de direitos.

¹⁷ Cerca de 55% dos inquiridos do grupo etário dos mais velhos, dos 67 aos 91 anos, é de Portalegre.

¹⁸ É possível observar nos gráficos das figuras 4.13, 4.14, 4.15 e 4.16.

O fator categoria de género não influencia de forma significativa as respostas a este indicador, sendo que homens e mulheres responderam essencialmente da mesma forma. Contudo, pode observar-se uma maior indecisão, ainda que ligeiramente, por parte dos homens (figura 4.13).

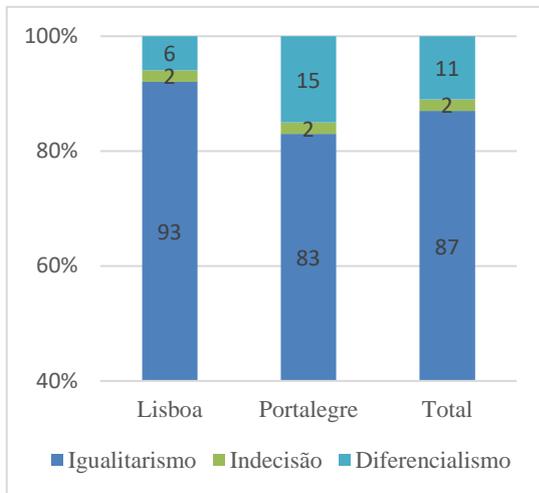


Figura 4.11 – Gravidez indesejada, segundo o local de residência

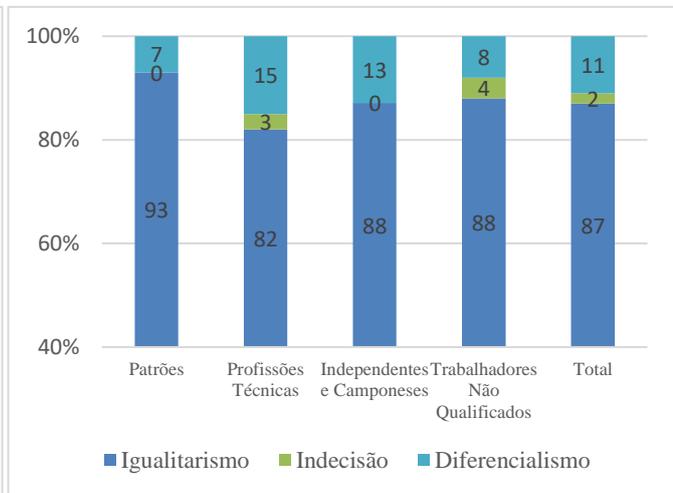


Figura 4.12 – Gravidez indesejada, segundo a classe social

Os inquiridos do grupo etário dos 67 aos 91 anos foram os que mais responderam que os casais homossexuais não devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais. Revelando-se, novamente, o diferencialismo/ tradicionalismo presente nas representações sociais dos mais velhos. O grupo etário dos 30 aos 47 anos também revela taxas elevadas de diferencialismo, sendo o grupo que revela mais taxas de não resposta (figura 4.14).

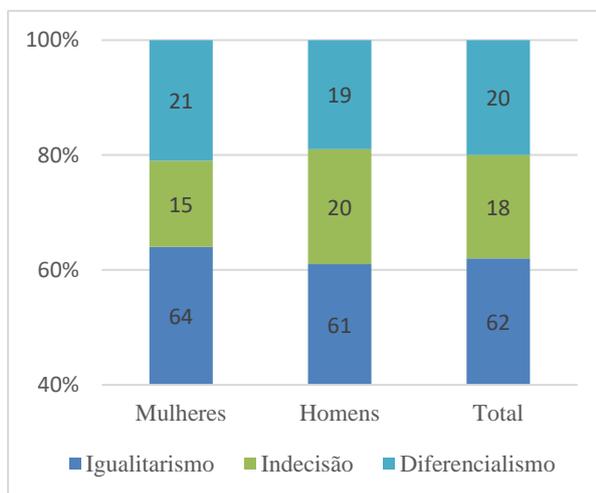


Figura 4.13 – Homossexualidade, segundo o sexo

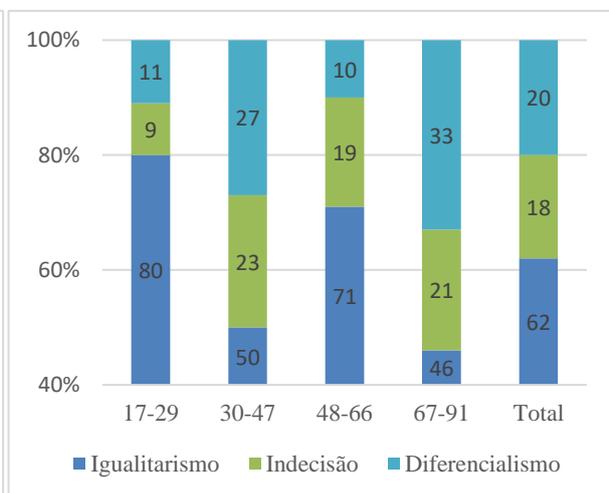


Figura 4.14 – Homossexualidade, segundo o grupo etário

Como se pode analisar na figura 4.15, os inquiridos de Portalegre evidenciaram consideravelmente mais esse diferencialismo do que os inquiridos de Lisboa, revelando-se mais conservadores nas suas representações sociais sobre a homossexualidade.

A classe social dos Patrões revela ser a mais conservadora nas suas representações acerca desta questão. Já a classe das Profissões Técnicas revela ser a menos conservadora e a mais indecisa,

evidenciando uma taxa de não resposta (25%) muito superior à das demais classes sociais, como se pode observar no gráfico da figura 4.16.

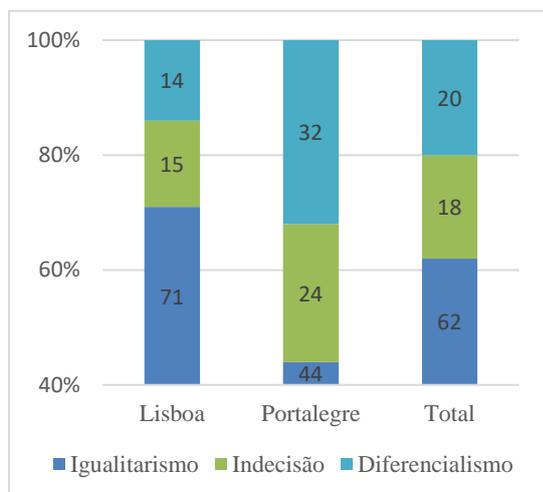


Figura 4.15 – Homossexualidade, segundo o local de residência

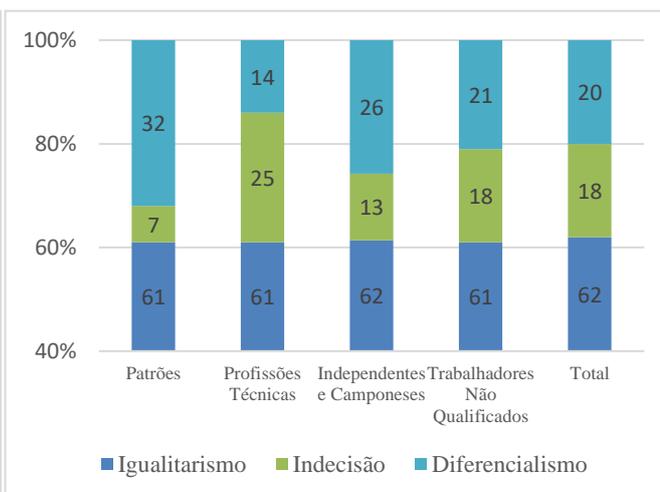


Figura 4.16 – Homossexualidade, segundo a classe social

Relativamente à opinião sobre os comportamentos contraditórios ao sexo a maioria dos indivíduos considera que não lhe incomoda nem um homem com comportamentos demasiado femininos nem uma mulher com comportamentos demasiado masculinos, revelando-se igualitarismo/modernismo. Verifica-se ainda uma percentagem algo significativa de não resposta a esta questão por parte dos inquiridos¹⁹, 7%, o que se justifica, novamente, pela sensibilidade da questão, ou seja, pelo facto dos inquiridos se sentirem constrangidos em responder.

Como se observa na figura 4.17 os homens evidenciam muito mais diferencialismo nas suas respostas, sendo que muitos consideram que é mais incomodativo um homem com comportamentos demasiado femininos do que uma mulher com comportamentos demasiado masculinos. Deixando assim transparecer o tradicionalismo que se caracteriza pela ordem da dominação masculina.

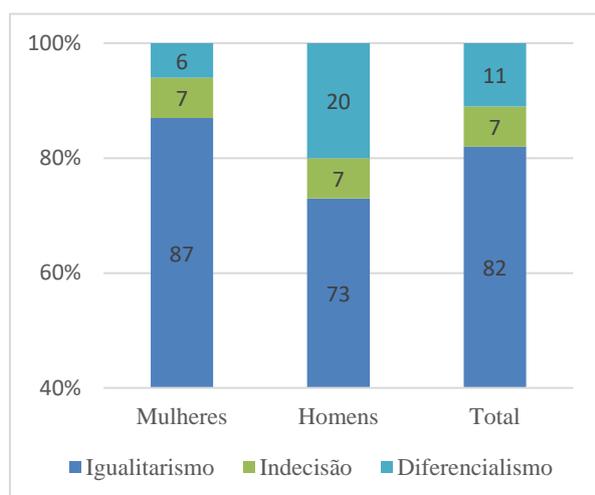


Figura 4.17 – Comportamentos contraditórios ao sexo, segundo o sexo

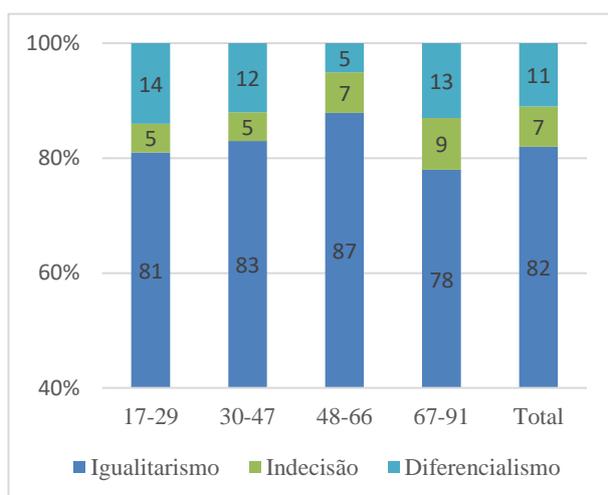


Figura 4.18 – Comportamentos contraditórios ao sexo, segundo o grupo etário

¹⁹ É possível observar nos gráficos das figuras 4.17, 4.18, 4.19 e 4.20.

O grupo etário dos 48 aos 66 anos destaca-se pela baixa taxa de diferencialismo (figura 4.18), sendo que é o grupo que se revela mais moderno nas suas representações sociais sobre os comportamentos contraditórios ao sexo. Este, e o grupo etário dos mais velhos, são os grupos que se revelam mais indecisos (ou preferiram apenas não responder).

Não existe uma influência significativa do fator local de residência relativamente a este indicador, sendo que as respostas dos inquiridos de Lisboa e dos inquiridos de Portalegre foram fundamentalmente as mesmas, como se pode verificar no gráfico da figura 4.19.

Os padrões foram os que mais evidenciaram diferencialismo nas suas representações sociais, sendo que uma percentagem muito relevante de inquiridos, 32%, respondeu que é mais incomodativo um homem com comportamentos demasiado femininos do que uma mulher com comportamentos demasiado masculinos (figura 4.20). Assim, novamente, os inquiridos de classe mais alta são os que mais evidenciam dominação masculina e, portanto, tradicionalismo nas suas representações sociais.

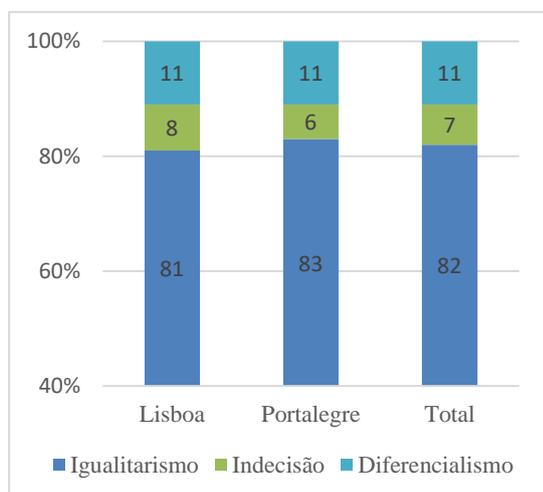


Figura 4.19 – Comportamentos contraditórios ao sexo, segundo o local de residência

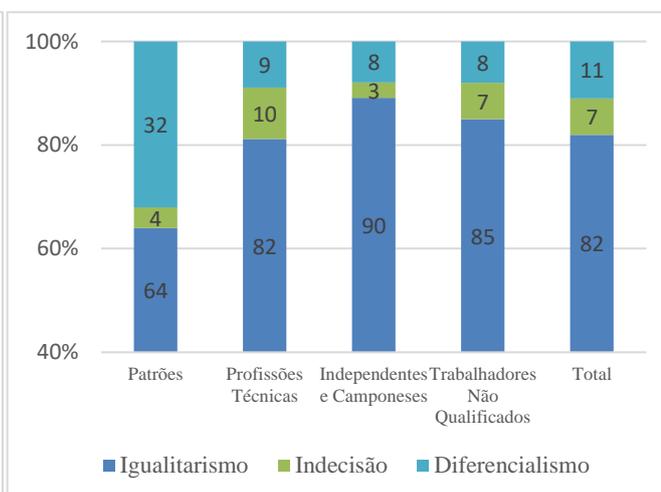


Figura 4.20 – Comportamentos contraditórios ao sexo, segundo a classe social

Capítulo 5 – Tradicionalismo geral

No âmbito de perceber a nível global onde se situam, no eixo tradicional-moderno, as representações sociais de género e sexualidade dos inquiridos, criou-se uma outra variável. Esta é o resultado de uma computação feita a partir de todas as variáveis dependentes deste estudo²⁰. Obteve-se um índice agregado de conservadorismo/ tradicionalismo, sendo que quanto mais alto é o valor do índice mais tradicionais são as representações.

A tendência é de os indivíduos apresentarem representações sociais de género e sexualidade caracterizadas por níveis baixos de tradicionalismo. Sendo que mais de metade dos inquiridos se situam nos níveis 0 e 1 deste índice em análise, caracterizados por nulos e muito poucos traços de tradicionalismo, respetivamente. Acrescentado a percentagem de indivíduos que se caracteriza por níveis médio-baixos de tradicionalismo, o nível 2, prefaz um total de mais de 80%²¹, pelo que é possível aferir que a maior parte dos inquiridos tem representações de género e sexualidade pouco conservadoras.

Grande parte dos inquiridos menos tradicionais, e portanto mais modernos, nas suas representações sociais de género e sexualidade são mulheres, como é possível verificar na figura 5.1. Grande parte das mulheres situam-se nos níveis 0 e 1 de tradicionalismo das representações, o que significa que são muito pouco ou mesmo nada tradicionais. Existe apenas uma pequena percentagem de mulheres de nível 3 de tradicionalismo, 4%, sendo que nos homens já se encontra uma maior percentagem neste nível, 20%, que se caracterizam por traços médio-altos de tradicionalismo. Os homens também apresentam uma percentagem considerável de nível 4 deste índice, 7% (ou seja, representações caracterizadas pelo forte tradicionalismo).

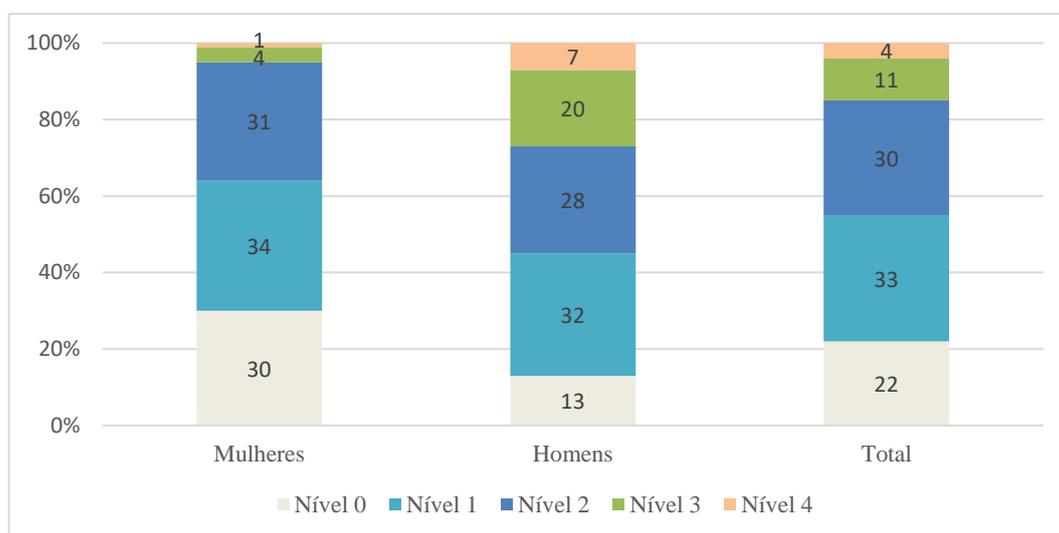


Figura 5.1 – Índice de tradicionalismo, segundo o sexo

²⁰ Atribuiu-se uma pontuação de tradicionalismo global a cada indivíduo (caso), segundo as respostas que deram a cada pergunta.

²¹ É possível observar nos gráficos das figuras 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4.

Em relação à variação segundo o grupo etário, que se pode analisar observando a figura 5.2, é evidente que quanto mais velhos são os inquiridos são também mais tradicionalistas nas suas representações sociais de género e sexualidade. O grupo etário mais conservador é o dos 67 aos 91 anos, sendo que é neste grupo onde se verifica a menor representação do nível 0, apenas 12%. Também é no grupo etário dos idosos que estão quase todos os indivíduos situados no nível 4 de tradicionalismo. Pelo que se pode afirmar com toda a certeza que o grupo etário mais velho é muito tradicionalista nas suas representações de género e sexualidade comparativamente com os restantes grupos, algo que vem confirmar aquilo que seria o esperado. Contudo, e embora a faixa etária dos 48 aos 66 anos apresente alguns casos de nível 3, é a faixa etária dos 30 aos 47 anos que representa a segunda faixa etária mais conservadora. Quanto à faixa etária dos 17 aos 29 anos, verifica-se que é representada na sua maioria pelos níveis 0 e 1 (mais de 70%), o que faz dela a faixa etária menos tradicionalista.

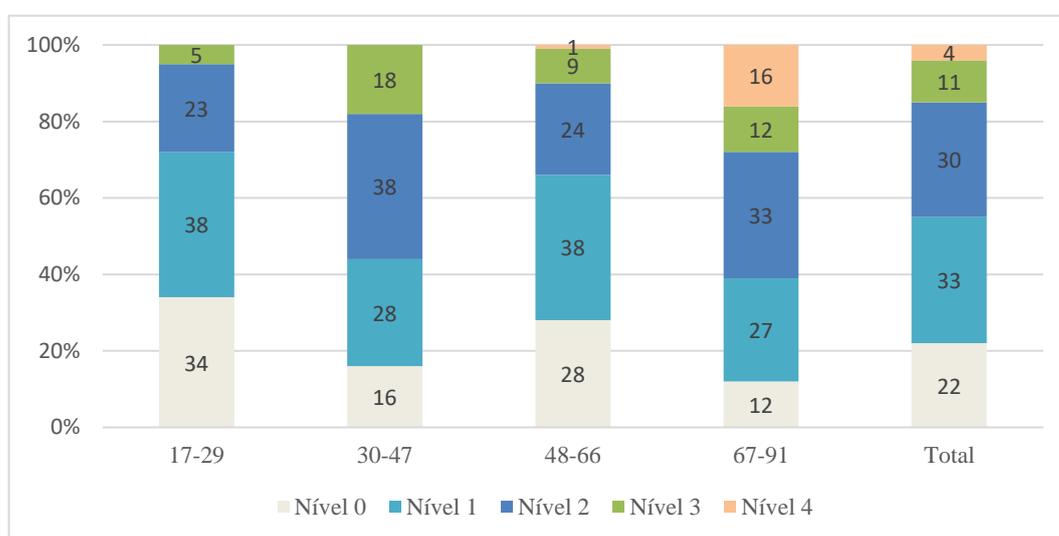


Figura 5.2 – Índice de tradicionalismo, segundo o grupo etário

Na figura 5.3 pode verificar-se o nível de tradicionalismo discriminado por local de residência. Nos valores apresentados, embora semelhantes, é possível observar que é em Lisboa onde encontramos os níveis mais altos de tradicionalismo, chegando até a uma percentagem considerável no 4º nível em análise, 6%, algo que não acontece em Portalegre. Contudo, é também em Lisboa que existe uma maior percentagem de inquiridos situados no nível 0 do índice de tradicionalismo, 26%, ou seja, inquiridos que não revelaram nenhum traço tradicional nas suas representações. Assim, em Lisboa estão tanto os indivíduos mais conservadores nas suas representações de género e sexualidade, como os indivíduos mais modernistas. Pelo que é difícil definir se são os inquiridos de Portalegre ou se são os inquiridos de Lisboa os mais tradicionalistas nas suas representações.

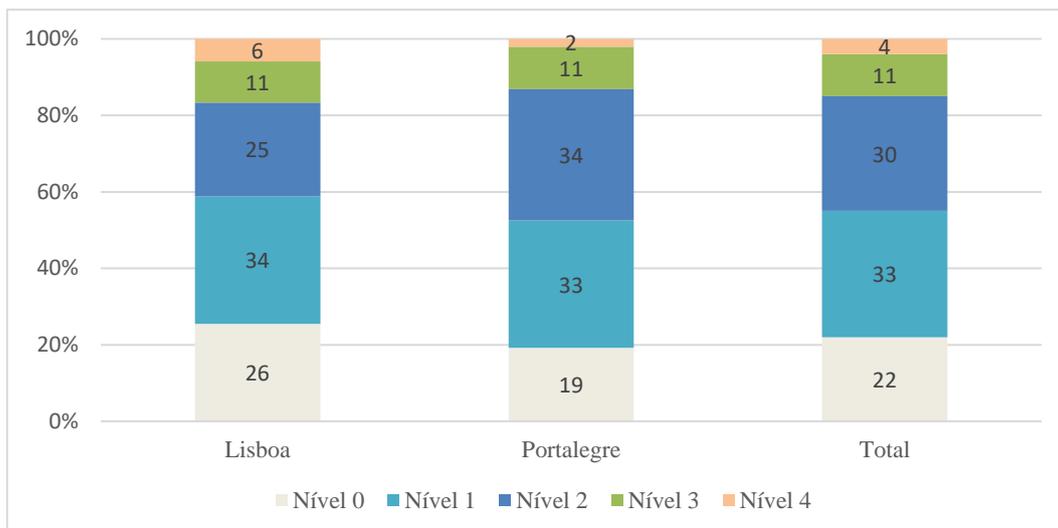


Figura 5.3 – Índice de tradicionalismo, segundo o local de residência

Na figura 5.4 é possível verificar que a classe social dos Patrões é a mais conservadora, sendo que se observa uma percentagem considerável de nível 4 do índice, 9%, bem como as percentagens mais baixas de níveis 0 e 1, cumulativamente 50% (e, portanto, de representações sociais caracterizadas pela inexistência ou muito pouco tradicionalismo). De seguida destacam-se os Trabalhadores Não Qualificados com alguns níveis de tradicionalismo (6% de nível 4), revelando-se, assim, que os extremos são os que se revelam mais tradicionais. O que não seria de esperar e, contudo, se verifica, é que a classe menos conservadora é a dos Independentes e Camponeses, pois quase não possui inquiridos com o nível mais alto de tradicionalismo (4) e apresenta a maior percentagem cumulativa dos níveis mais baixos (0 e 1). Talvez se justifique pelo facto de estarmos perante uma desadequação das perguntas face ao universo cultural destas categorias sociais.

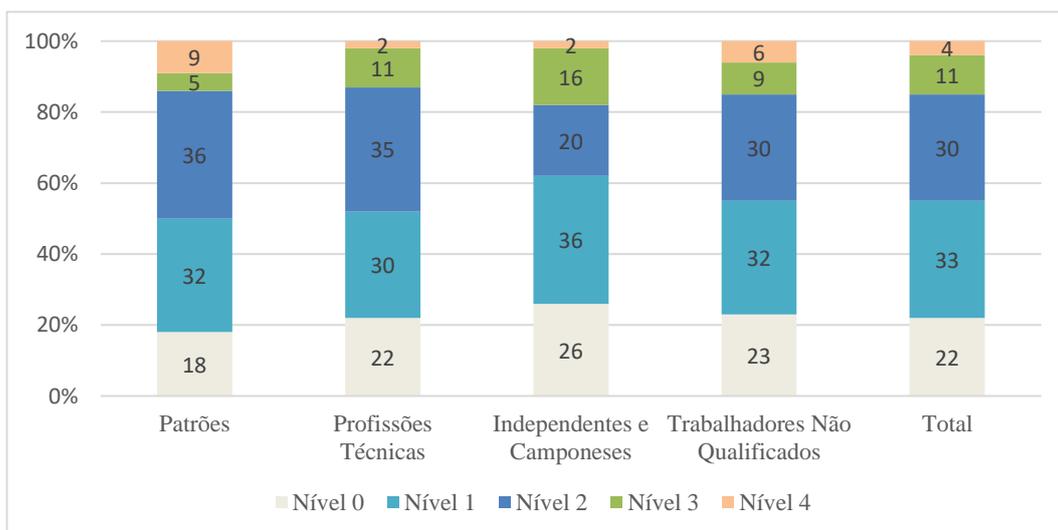


Figura 5.4 – Índice de tradicionalismo, segundo a classe social

Considerações finais

Ao analisar as representações sociais dos indivíduos inquiridos verificou-se que tanto na esfera da conjugalidade e parentalidade como na esfera da sexualidade se identificam dinâmicas próprias de modernidade, todavia, também se observam vários traços de tradicionalidade. Em alguns aspetos verifica-se uma modernidade inquestionável, mas também se reconhecem dinâmicas que tendem a resistir à mudança social, onde a tradicionalidade ainda prevalece. Pelo que se verifica que as mudanças não acontecem em todos os contextos com a mesma intensidade, sendo mais lentas em uns contextos do que noutros, podendo identificar-se dinâmicas modernas e tradicionais simultaneamente. Assim, essa mudança social não deve ser encarada de forma elementar, visto que se trata de um processo demasiado complexo.

Grande parte das representações sociais dos inquiridos constituem-se no sentido da autonomia individual, igualdade e tolerância (homossexual, por exemplo), o que pode ser um sinal de que a mudança social vai ao encontro daquilo que é uma sociedade de reflexividade institucionalizada, abordada por Giddens (1993).

Claro que os valores e concepções dos indivíduos vão maioritariamente no sentido do polo modernista do eixo tradicional-moderno, pelo que se pode aferir a existência de representações sociais hegemónicas (Vala, 1993) sobre o género e sexualidade. Tal deve-se às retóricas dominantes igualitárias da sociedade portuguesa desde o 25 de abril de 1974. Não obstante, encontraram-se vários traços de tradicionalidade interessantes para a análise sociológica. Traços esses que refletem pequenos segmentos da população que responderam de forma mais conservadora ou ainda, por outro lado, não respondem.

Verificou-se que existe uma forte relação entre a idade dos indivíduos e as suas representações sociais de género e sexualidade, aceitando-se, assim, a hipótese A. O grupo etário dos mais velhos foi o que demonstrou ter representações sociais sobre género e sexualidade mais tradicionais, verificando-se a hipótese A1. Justifica-se facilmente pelos contextos mais tradicionais em que estes indivíduos cresceram, principalmente quando comparados com os contextos atuais, em que o grupo dos mais novos se desenvolveu (e em alguns casos continua a desenvolver). Justificando, portanto, o facto do grupo etário dos mais jovens ter revelado que as suas representações sociais sobre o género e sexualidade são mais modernas, verificando-se a hipótese A3. Já os adultos (os dois grupos etários intermédios) mostraram ter representações sobre o género e sexualidade situadas algures pelo centro do eixo tradicional-moderno, confirmando-se a hipótese A2. Esta geração intermédia transparece, de igual forma, representações intermédias entre modernistas e conservadoristas, constituindo-se, talvez, como a geração de transição de que fala Vasconcelos (1998b).

A classe social influencia de forma significativa as representações de género e sexualidade dos indivíduos, pelo que se verifica a hipótese B. Contudo, as hipóteses B1 e B2 não se verificam. A hipótese B1 porque apesar dos Trabalhadores Não Qualificados apresentarem alguns níveis de tradicionalidade, não é a classe que apresenta os níveis mais altos de conservadorismo. Pelo que não se pode aferir que

os indivíduos com uma classe social baixa apresentam representações de género e sexualidade mais tradicionais. A hipótese B2 sugere que os indivíduos com uma classe social alta apresentam representações sociais de género e sexualidade mais modernas, o que não se verifica. Acontece precisamente o oposto, sendo que a classe dos Patrões é a que evidencia representações mais conservadoras. Assim, as hipóteses B1 e B2 não se verificam.

A rejeição destas hipóteses acontece, talvez, por estas serem demasiado lineares. Isto porque não se trata, afinal de contas, de uma questão de classes altas e baixas, mas das condições sócio-culturais específicas de cada localização estrutural de classe. De facto, verificou-se o modernismo característico das classes mais escolarizadas, como aborda Giddens (1994; 1992). Sendo que na classe mais escolarizada, a das Profissões Técnicas, se verificam níveis baixos de tradicionalismo. Tal como se verificou o tradicionalismo na classe mais baixa, aliás, verificou-se que as classes mais conservadoras são exatamente as que se localizam nos extremos. Por outro lado, os baixos níveis de tradicionalismo encontrados na classe dos Independentes e Camponeses podem ainda justificar-se pela fraca distinção entre público e privado, por parte dos Camponeses, e pela cultura de mobilização familiar para o trabalho, por parte dos Independentes, o que poderá ter reduzido os níveis gerais de tradicionalismo referentes a esta classe.

Relativamente à hipótese C, que sugere que o local de residência dos indivíduos influencia as suas representações sociais de género e sexualidade, pode afirmar-se que a mesma se verifica. Contudo, o mesmo não acontece relativamente à hipótese C1, que sugere que os indivíduos provenientes de um meio mais rural apresentam representações de género e sexualidade mais tradicionais. Nos indivíduos de Lisboa e, portanto, provenientes de um meio mais urbano, encontraram-se simultaneamente muitos traços de tradicionalidade como muitos traços de modernismo. Sendo que são tanto mais tradicionais como mais modernos comparados com os indivíduos de Portalegre, portanto, provenientes de um meio mais rural. Estes, por sua vez, revelam que as suas representações sociais de género e sexualidade se encontram algures entre os polos do eixo tradicional-moderno. Pelo que se rejeita hipótese C1, visto que não se verifica na sua totalidade. A rejeição desta hipótese pode ser explicada por, talvez, não se ter analisado o rural/ urbano, mas sim a pequena cidade/ grande cidade. Por outro lado, a estrutura de classe dos inquiridos por cidade pode, de igual forma, estar na base destes desvios. Isto porque não se conseguiu garantir essa uniformidade na amostra e, de facto, foram inquiridos mais Patrões em Lisboa do que em Portalegre.

Por outro lado, aceita-se a hipótese D, que sugere que os homens apresentam representações sociais de género e sexualidade mais tradicionais. De facto, é isso que se verifica, as mulheres situam-se claramente muito perto do polo moderno nas suas representações. Enquanto as opiniões dos homens sobre o género e a sexualidade se situam algures mais próximas do polo tradicional do eixo em análise. O que se pode justificar, por um lado, pelo facto de os homens de alguma forma tentarem manter os privilégios que têm na sociedade e, por outro lado, pelo facto de as mulheres tentarem igualar as suas condições sociais de existência face às dos homens.

Estas diferenças representacionais que se analisaram, em função de diferentes grupos de atores sociais e diferentes categorias são, decerto, mais profundas na prática do que aquilo que se revelou através das respostas dos inquiridos. Ainda que esse hiato (que pode ser extremamente profundo) entre a prática e as representações possa, por sua vez, ser mais ou menos consciente para os agentes. Por outro lado, a relativa uniformidade que se encontrou relativamente à tendência para o modernismo poderá ser “o produto de uma reprodução discursiva, mas não prática, das ideologias dominantes” (Vasconcelos 1998b: 322).

É evidente que este estudo tem limitações inerentes à recolha de dados, sendo que o inquérito por questionário foi realizado *online*. A amostra constitui-se, assim, enviesada, sendo que o questionário não chega a todos os indivíduos. Não chega, por exemplo, àqueles que não têm acesso a dispositivos informáticos e, portanto, não tiveram acesso ao mesmo. Pelo que esses indivíduos, não se encontram representados no presente estudo. Por outro lado, é de salientar que a amostra não é representativa da população, pelo que não se pode extrapolar os resultados deste estudo para toda a população residente em Lisboa e em Portalegre, ou mesmo em termos de um qualquer outro fator em análise.

Por outro lado, esta investigação permitiu averiguar e confirmar a relação das representações sociais sobre o género e a sexualidade com várias determinantes sociais, sendo elas a categoria de género, geração, local de residência e classe social. Seria ainda interessante perceber de que forma a religião influencia as representações sociais dos indivíduos face ao género e sexualidade. Ou, ainda, analisar de uma forma mais intensiva estas representações sociais dos indivíduos, percebendo de maneira mais aprofundada aquilo que as condiciona.

Referências Bibliográficas

- Aboim, S 2013, *A Sexualidade dos Portugueses*, Fundação Fransico Manuel dos Santos, Lisboa.
- Aboim, S, Wall, K, & Cunha, V 2010, *A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa.
- Aboim, S 2009, 'From Dualism to Pluralism: The Power of Categories and the Making of Gender', in Aboim (ed.), *The remaking of the self in private life*, Ashgate, Farnham & Burlington, pp. 13-35.
- Almeida, JF, Costa, AF, e Machado, FL, 2007, 'Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional', in António Firmino da Costa et al (eds.), *Sociedade e Conhecimento*, Celta Editora, Lisboa, pp. 5-20.
- Almeida, JF & Costa, AF 1990, *Valores e Representações Sociais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Amâncio, L 1994, *Masculino e Feminino: a construção social da diferença*, Afrontamento, Porto.
- Arruda, A 2002, 'Teoria das Representações Sociais e Teorias de Género', *Cadernos de Pesquisa*, 117, pp. 127-147.
- Attias-Donfut, C 1991, *Génération et Ages de la Vie*, PUF, Paris.
- Bourdieu, P 2007, *A Distinção: crítica social do julgamento*, Edusp, São Paulo.
- Bourdieu, P 2004, *Coisas Ditas*, Editora Brasiliense, São Paulo.
- Bourdieu, P 1998, *La domination masculine*, Seuil, Paris.
- Bourdieu, P 1972, *Squisse d'une théorie de la pratique*, Librairie Droz, Paris.
- Bryman, A 2012, *Social Research Methods*, Oxford University Press, Oxford.
- Casanova, JL, Machado, FL, Costa, AF, Mauritti, R, Martins, S, & Almeida, JF 2003, 'Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações', *Revista crítica de ciências sociais*, 66, pp. 45-80.
- Cohen, J 1992, 'A Power Primer', *Psychological Bulletin*, 112, pp. 155-159.
- Connell, R 1987, 'Gender Regimes and the Gender Order', in Connell R (ed.), *Gender & Power: society, the person and sexual politics*, Polity, Cambridge, pp. 119-142.
- Costa, AF 2012, *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Mundos Sociais, Lisboa.
- Costa, AF 1997, 'Classificações Sociais', *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, 3, 2, pp.65-7.
- Dias, I 2015, *Sociologia da Família e do Género*, PACTOR, Lisboa.
- Doise, W 1991, 'L'identité comme représentation sociale', in Aebischer V. et al (eds.), *Idéologies et Représentation Sociales*, Deival, Fribourg, pp. 273-286.
- Durkheim, E 1955, *Educação e Sociologia*, Melhoramentos, São Paulo.
- Durkheim, E & Mauss, M 1974, 'De quelques formes primitives de classification Contribution à l'étude des représentations collectives', in Marcel Mauss (ed.), *Oeuvres*, Les Éditions de Minute, Paris.
- Engels, F 1980, *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Editorial Presença, Lisboa.
- Ferrão, J 2000, 'Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro', *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 45-54.
- Ferreira, MJ 2004, 'A inovação nos habitats humanos e na organização das cidades', *GeoINova*, 10, pp. 13-42.
- Garfinkel, H 1984, *Studies in Ethnomethodology*, Polity Press, Cambridge.
- Giddens, A 1994, *Modernidade e identidade pessoal*, Celta Editora, Oeiras.
- Giddens, A 1993, *The Constitution of Society*, Polity Press, Cambridge.
- Giddens, A 1992, *The Transformation of Intimacy*, Polity Press, Cambridge.
- Ghiglione, R & Matalon, B 1992, *O Inquérito: Teoria e prática*, Celta Editora, Oeiras.
- Héritier, F 1998, 'A valência diferencial dos sexos na base da sociedade?', in Héritier F (ed.), *Masculino/Feminino: O Pensamento da Diferença*, Piaget, Lisboa, pp. 15-2.
- INE 2012, *Censos 2011: Resultados Definitivos – Portugal*, Instituto Nacional de Estatística.
- Jodelet, D 2002, *As Representações Sociais*, Eduerj, Rio de Janeiro.
- Johnson, M 1989, 'Feminism and the theories of Talcott Parsons', in Wallace RA (Ed.), *Feminism and Sociological Theory*, Sage, Newbury Park, pp. 101-118.
- Lima, A 1990, 'Agricultura de pluriactividade e integração espacial', *Sociologia Problemas e Práticas*, 8, pp. 55-61.
- Machado, FL & Costa, AF 1998, 'Processo de uma modernidade inacabada', in Viegas J & Costa AF (eds.), *Portugal, que modernidade?*, Celta Editora, Oeiras, pp. 17-44.
- Marx, K & Engels, F 1991, *A Ideologia Alemã*, Hucitec, São Paulo.

- Mead, M 1962, *Male and Female. A Study of the Sexes in a Changing World*, Penguin Books, Austrália.
- Moscovici, S 1961, *La Psychanalyse son Image et son Publique*, PUF, Paris.
- Nunes, AS 1982, 'Sumário-guião das aulas', in Nunes AS (ed.), *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais*, ICS, Lisboa, pp. 7-36.
- Pais, JM 1998a, 'Vida Amorosa e Sexual', in Pais JM (ed.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 407-465.
- Pais, JM 1998b, 'Introdução', in Pais JM (ed.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 17-58.
- Pais, JM 1996, 'Sexualidade', in Almeida JF et al. (eds.), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures, Loures, pp. 193-211.
- Parsons, T 1967, *Sociological Theory and Modern Society*, Free Press, New York.
- Pereira, MG 1993, 'Com quem falam os adolescentes sobre sexualidade?', *Análise Psicológica*, 3, XI, pp. 415-424.
- Pereira, MDM 2010, 'Os discursos de género: Mudança e continuidade nas narrativas sobre diferenças, semelhanças e (des)igualdade entre mulheres e homens', in Aboim, S, Wall, K, & Cunha, V (eds.), *A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa, pp. 225-261.
- Peretz, H 1998, *Métodos em Sociologia*, Temas e Debates, Lisboa.
- Pires, R 2007, 'Árvores conceituais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de ação e de estrutura', *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53, pp. 11-50.
- Rodrigues, E 2017, *Super-Homem ou Algo do Género*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Shanin, T & Kerblay, B 1971, *Peasants and Peasant Societies*, Penguin Books, Londres.
- Therborn, G 2006, 'Sexo, poder e famílias no mundo', in Göran Therborn (ed.), *Sexo e Poder: A família no mundo 1900-2000*, Editora Contexto, São Paulo, p. 11-27.
- Torres, AC 1996, 'Família', in Almeida JF et al. (eds.), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures, Loures, pp. 107-197.
- Vala, J 1993, 'As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social', *Análise social*, 123-124, pp. 887-919.
- Vasconcelos, P 2011, *Capital Social, Solidariedade Familiar e Desigualdade Social no Portugal Contemporâneo*, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Vasconcelos, P 2004 'Categorização, Identidade e Sexualidade: notas sobre a dominação', in Marques AP et al. (eds.), *Formas Identitárias e Modernidade Tardia*, ICSUM, Braga, pp. 51-70.
- Vasconcelos, P 1998a, 'Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses', in Pais JM & Cabral M (eds.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Celta, Oeiras, pp. 215- 305.
- Vasconcelos, P 1998b, 'Vida Familiar', in Pais JM (ed.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 321-404.
- Vosswinkel, ND 1987, *Introduction a la Sociologie Générale*, Editions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles.
- Weber, M 1985, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Pioneira, São Paulo.

Anexo

Questionário

No âmbito de um projeto de investigação acerca das representações sociais de género e sexualidade agradeço a sua colaboração ao responder a este questionário. Todas as respostas recolhidas são anónimas. Por favor, responda com sinceridade visto que não existem respostas corretas ou incorretas. Os dados do presente questionário destinam-se única e exclusivamente à realização deste trabalho.

1. Indique o seu sexo:
 - Masculino
 - Feminino
2. Indique a sua idade: _____ anos
3. Indique quais são, ou foram, as profissões dos seus pais.
Pai _____ Mãe _____
4. Indique qual a sua profissão (atual, ou a última no caso de não estar a trabalhar):
 - 4.1. Indique qual é a sua situação nessa profissão?
 - Patrão
 - Trabalhador por conta própria
 - Trabalhador por conta de outrem
 - Desempregado
 - Reformado
 - Outra: _____
5. Indique qual é o seu grau de escolaridade?
 - Não completou nenhum grau
 - Ensino básico
 - Ensino secundário
 - Ensino superior
6. Indique a sua situação conjugal/ situação de facto
 - Casado/ União de facto
 - Solteiro/ Não vive com ninguém
 - Viuvez
- 6.1. Indique qual é, ou foi, a profissão do seu cônjuge.
7. Na sua opinião, como deve ser dividido o trabalho entre cônjuges?
 - Ambos devem contribuir de igual forma no trabalho doméstico
 - A mulher deve realizar a grande parte das tarefas domésticas.
 - O Homem deve realizar a grande parte das tarefas domésticas.
 - Deve contribuir mais para as tarefas domésticas quem tiver menos responsabilidades profissionais.
8. Na sua opinião, como devem ser divididas as despesas da casa?
 - Ambos devem contribuir de igual forma para as despesas domésticas.
 - O homem deve assegurar as despesas domésticas.
 - A mulher deve assegurar as despesas domésticas.
9. Na sua opinião, quem deve tomar as grandes decisões referentes à casa e à família?
 - Ambos devem fazer parte das tomadas de decisão.
 - O homem é quem decide.
 - A mulher é quem decide.
10. Na sua opinião, os cônjuges devem ser autónomos no seu tempo livre, existindo espaço para que cada um desenvolva atividades sozinho?
 - Sim, ambos devem ter autonomia no seu tempo livre.
 - Não, nenhum deve ter essa autonomia, devem fazer as atividades em conjunto.
 - Apenas a mulher deve ter essa autonomia.
 - Apenas o homem deve ter essa autonomia.
11. Na sua opinião, quem deve ser responsável pelo cuidado das crianças?
 - Ambos, com responsabilidades iguais.
 - Mãe
 - Pai
12. Acha que o papel de um pai deve ser diferente do papel de uma mãe?
 - Sim, o pai deve ter uma postura mais autoritária enquanto a mãe deve ter uma postura mais afetiva
 - Não, o pai e a mãe devem ter a mesma postura
 - Não sabe/ Não responde
13. Considera que existem profissões mais indicadas para homens e outras mais indicadas para mulheres?
 - Sim
 - Não
 - Não sabe/ Não responde
- 13.1. Se respondeu sim, indique uma profissão que considere adequada para homens e para mulheres.
Homens _____ Mulheres _____
14. Diz-se que a sociedade portuguesa ainda está longe de atingir a igualdade de género. Assinale a opção que lhe parecer mais correta.
 - Em Portugal os homens têm mais facilidades
 - Em Portugal as mulheres têm mais facilidades
 - Em Portugal homens e mulheres têm as mesmas oportunidades
 - Não sabe/ Não responde

15. Rapazes e raparigas devem iniciar a sua vida sexual na mesma idade?

- Sim
- Não, os rapazes devem iniciar mais tarde
- Não, as raparigas devem iniciar mais tarde
- Não sabe/ Não responde

15.1 Porquê?

16. Quem tem a responsabilidade de garantir a satisfação sexual numa relação?

- Homem
- Mulher
- Ambos
- Não sabe/ Não responde

16.1 Porquê?

17. Quem tem a responsabilidade de garantir a contraceção, de forma a prevenir uma gravidez indesejada?

- Homem
- Mulher

Ambos

Não sabe/ Não responde

17.1 Porquê?

18. Considera que os casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais?

Sim

Não

Não sabe/ Não responde

18.1 Porquê?

19. O que mais lhe incomoda?

Um homem com comportamentos demasiado femininos

Uma mulher com comportamentos demasiado masculinos

Ambas as anteriores

Nenhuma das anteriores

Não sabe/ Não responde

19.1 Porquê?